

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prorrogação da entrega do IR passa no Senado, e texto volta para a Câmara..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição do IR prioriza saúde, educação e policiais..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas tentam no STF se livrar de dívida bilionária sobre terço de férias..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp: novo regulamento, proteção reforçada (2)..... 7

VALOR ONLINE
SEGURIDADE SOCIAL

Desigualdade tributária: como até a forma de coletar e usar impostos afeta mais as mulheres . 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

"Foco da política pública tem de ser o cidadão" 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Passivo de Previdência de servidores chega a R\$ 1,2 tri..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita diz que só rico lê; livro perderia isenção..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Obras têm gerado 30 mil empregos" 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer mudar lei do Orçamento para destravar redução de salários..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Menos gente na UTI, mais no cemitério (2)..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

20 brasileiros entram na lista de bilionários da Forbes..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova onda 'lança maior incerteza', diz Guedes..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não cabe mais drible ao arcabouço fiscal (2)..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guedes pede ao FMI ajuda com vacinação..... 28

Quarta-Feira, 7 de Abril de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Emergência social (3) 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ministério Público pede alerta sobre crime de responsabilidade 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - STARTUPS
SEGURIDADE SOCIAL

Fintechs de previdência privada devem crescer com pandemia 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Imunização tem de ser prioridade para o Brasil, diz Fundo Monetário 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo propõe flexibilizar regra do Orçamento para reeditar MP 936 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Flávia Arruda diz em posse que momento não é "de desorganizar a economia" 38

Prorrogação da entrega do IR passa no Senado, e texto volta para a Câmara

Renato Machado *brasília*

O Senado aprovou nesta terça (6) projeto de lei que prorroga até 31 de julho do prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2021 -relativo ao ano anterior- por causa da pandemia do novo coronavírus.

No entanto, está mantido o cronograma para a restituição do Imposto de Renda, como primeiro lote previsto para 31 de maio.

O projeto foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Como os senadores aprovaram o texto com alteração, em relação à medida aprovada pela Câmara dos Deputados, ele não vai seguir diretamente para a sanção do presidente do Jair Bolsonaro (sem partido). Vai precisar tramitar novamente na outra Casa legislativa.

A princípio, o prazo para entrega do IR de pessoas físicas termina em 30 de abril.

A proposta aprovada pelos senadores, além da prorrogação e de manter o calendário da restituição, o texto aprovado estabelece que o recolhimento da cota única ou das cotas vencidas de Imposto de Renda não poderá sofrer acréscimo de juros ou punição até o novo prazo.

A prorrogação do Imposto de Renda já havia acontecido no ano passado, mas por decisão da própria **Receita Federal** e pelo prazo de 60 dias.

Saiba declarar valores recebidos por ação judicial

Leia respostas para esta e outras perguntas sobre a declaração do Imposto de Renda de 2021.

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

*

71 - Após ação judicial, recebi, em dezembro de 2020, a soma de seis aluguéis de 2015. Onde declaro? (A.C.). Os valores entram na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente. Nessa ficha, o contribuinte poderá optar pela tributação Exclusiva na Fonte ou A Juste Anual (veja qual opção é mais vantajosa). Lance as informações pelo Informe de Rendimentos fornecido pela fonte pagadora.

72 - Sou médico e, em novembro 2020, recebi um valor referente a ação judicial contra a Cedae. Como declaro? (L.G.). Solicite o Informe de Rendimentos com a fonte pagadora, pois lá estarão os dados necessários para o preenchimento da declaração. Caso não consiga o comprovante, declare de acordo com recibos que possuir. Se forem rendimentos tributáveis, declare na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular. Se forem rendimentos isentos e não tributáveis, a título de indenização, declare na Ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - linha 26 (especifique Ação Judicial).

73 - Tenho uma casa que construí em 1989. Seu valor de mercado gira em torno de R\$ 1 milhão. Ela está declarada por R\$ 275 mil. Como corrigir essa distorção e declarar o valor real de mercado? (N.C.N.). Não existe previsão legal que autorize a atualização de bens a valor de mercado. Mantenha os R\$ 275 mil no seu IR.

74 - Pessoa fez PGBL pela empresa em que trabalha. Parte foi paga pela empresa através de Fapi, e outra parte via boleto. No Informe de Rendimentos Financeiros, o valor informado é maior que o pagamento efetuado pela empresa e pelo declarante. Qual valor declarar? (J.O.). Os dados devem ser informados de acordo com o Comprovante de Rendimentos. Mas, como foi identificada diferença, é necessário entrar em contato com o banco para verificar eventual necessidade de retificação da Dirf e a expedição de novo comprovante.

75 - Paguei, em 2019, matrícula em instituição de ensino superior. Devido ao cancelamento dela, recebi o dinheiro de volta em 2020. Não houve acréscimo na minha renda, apenas reembolso de despesa. Como declaro? (R.R.C.). Se a despesa foi deduzida como instrução no IR de 2020 (a no-calendário de 2019), o reembolso deve ser tributado agora. Para tanto, informe o valor do reembolso na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49489>

Restituição do IR prioriza saúde, educação e policiais

O Senado aprovou ontem projeto para priorizar profissionais da saúde, policiais, professores e desempregados na restituição do Imposto de Renda. A medida garante que esses grupos, integrantes da linha de frente do combate à pandemia de covid-19, receberão o valor antes dos demais contribuintes. Atualmente, a prioridade é dada para idosos, pessoas com deficiência e professores.

A mudança ainda dependerá de aval da Câmara e só entrará em vigor com sanção do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o projeto, terão prioridade na restituição profissionais de saúde, assistência social, segurança pública e educação, desde que o valor a restituir não exceda R\$ 11 mil. Além disso, contribuintes que perderam o emprego no ano passado ou em 2021 e que estejam desempregados quando entregaram a declaração também terão prioridade.

A **Receita Federal** deverá priorizar também aqueles que tenham sido afastados do trabalho para tratamento de sequelas da covid-19, conforme o texto.

Atualmente, o calendário de restituição depende do prazo em que o contribuinte entregou a declaração, priorizando idosos, pessoas com deficiência e professores. "Trata-se de justa atenção aos profissionais que se sacrificam para salvar a vida dos brasileiros e àqueles que precisam antecipar a restituição para garantir o seu sustento", afirmou o relator do projeto, Rogério Carvalho (PT-SE) durante a apresentação do parecer.

Inicialmente, o projeto previa apenas a prioridade na restituição para profissionais de saúde e desempregados.

No projeto de prioridades na restituição, o relator chegou a aceitar uma alteração concedendo desconto para contribuição patronal paga à **Previdência Social** pelo empregador doméstico.

A intenção era evitar demissões de empregados domésticos durante a crise do novo coronavírus. A possibilidade de essa ampliação provocar o veto do presidente Jair Bolsonaro, porém, fez o relator recuar.

Também ontem, os senadores aprovaram uma proposta prorrogando o prazo de entrega da

declaração do Imposto de Renda para Pessoa Física até o fim de julho. Essa alteração precisará ser analisada novamente pela Câmara e, se for aprovada, dependerá de sanção do presidente Jair Bolsonaro. O Planalto avalia vetar a prorrogação em função do impacto financeiro.

I Limite de restituição

R\$ 11 mil É o valor que não pode ser excedido na restituição do Imposto de Renda dos profissionais da saúde, policiais, professores e desempregados

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empresas tentam no STF se livrar de dívida bilionária sobre terço de férias



Ministro Marco Aurélio: "Não se pode potencializar a segurança jurídica em detrimento da própria lei"

Joice Bacelo Do Rio

As empresas poderão encerrar o dia de hoje com uma dívida bilionária com a União. A confirmação depende de um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros têm até a meia-noite para decidir se a **Receita Federal** poderá cobrar valores que deixaram de ser pagos, no passado, por aquelas que não contabilizaram o terço de férias no cálculo da contribuição previdenciária patronal.

Esse julgamento ocorre no Plenário Virtual e, por enquanto, a situação é dramática para as empresas. Dos seis ministros que votaram, quatro se posicionaram pela possibilidade da cobrança. Mas ainda faltam os votos de outros cinco ministros para que se tenha o desfecho.

O STF decidiu pela tributação do terço de férias em agosto do ano passado. As empresas, imediatamente, reincluíram esses valores no cálculo da contribuição patronal e, desde lá, vêm recolhendo desta forma.

Agora se discute no Supremo o que deixou de ser pago no passado - a chamada modulação de efeitos. Os ministros julgam esse tema por meio dos embargos de declaração apresentados pelo contribuinte (RE 1072485).

A maioria das empresas não tributava o terço de férias antes da decisão de agosto, com base em entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Muitas delas amparadas por decisões de primeira e segunda instâncias.

De agosto para cá, no entanto, uma grande parte viu as suas decisões caindo por terra. Os desembargadores não esperaram pelo julgamento dos embargos de declaração para revertê-las. Essa movimentação, por si só, tem impactado o caixa das empresas.

O contribuinte tem até 30 dias, a partir da ciência da decisão, para pagar os valores devidos ao Fisco ou fazer um depósito judicial. Se cumprir esse prazo, ele se livra da multa de ofício, que é de 20% sobre a dívida.

"A importância de se fazer o depósito é para evitar que a **Receita Federal** venha a lavrar o auto de infração. E, nesse caso, com a multa", afirma o advogado Pedro Ackel, sócio do escritório WFaria. Ele diz que 75% dos seus clientes já tiveram as decisões revertidas nos tribunais regionais. Um único deles precisou desembolsar, recentemente, R\$ 2,7 milhões.

Nesses casos, acrescenta, eles vêm apresentando recurso contra a decisão, argumentando que ainda há o julgamento dos embargos de declaração no STF. Se os ministros aplicarem a modulação de efeitos, as empresas que optaram por fazer os depósitos poderão levantar os valores. Senão, elas, pelo menos, terão se livrado da multa de 20%.

"Mas é preciso levar em conta que nem todas conseguem tirar milhões de reais do seu caixa em 30 dias. Estamos em meio a uma pandemia e as empresas não estão capitalizadas", diz o advogado Halley Henares Neto, presidente da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat).

A Abat tem um estudo sobre o impacto da decisão do Supremo. Terão de ser desembolsados, pelas empresas, entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões se prevalecer o entendimento de que a **Receita Federal** pode cobrar os valores passados.

Essa projeção foi feita com base nos valores arrecadados pelo governo federal. São cerca de R\$ 200 bilhões por ano com a contribuição previdenciária patronal. O terço de férias, se contabilizado, diz a Abat, representaria entre 10% e 12% desse total.

"As demonstrações financeiras das empresas neste

ano de 2021 vão sofrer um impacto significativo. Vai ser difícil até explicar para o acionista de fora, no caso de uma multinacional, por exemplo, como esse rombo surgiu do dia para a noite. Existia, afinal, uma decisão em caráter repetitivo do STJ", diz Henares Neto.

Ele se refere à decisão de fevereiro de 2014, quando o STJ se posicionou sobre o tema em caráter repetitivo - vinculando as instâncias inferiores. Os ministros consideraram, naquela ocasião, que por ter natureza indenizatória, o terço de férias não deveria ser incluído no cálculo da contribuição patronal.

É por esse motivo, segundo os advogados, que praticamente todas as empresas se encontram "em dívida". Algumas tomaram esse julgamento como verdade e pararam de tributar, sem sequer recorrer à Justiça - o que, segundo os advogados, as deixa numa situação delicada. Outras, mais prudentes, entraram com ação para ter esse direito formalizado.

Os ministros do STF alteraram essa jurisprudência-seis anos depois -com ampla maioria de votos: 9 a 1. Prevaleceu o entendimento do relator, o ministro Marco Aurélio.

Ele também está puxando votos, agora, no julgamento dos embargos. Marco Aurélio se posicionou pela possibilidade de a **Receita Federal** cobrar os valores passados e, por enquanto, está sendo acompanhado por três ministros: Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

O posicionamento do relator não causou surpresa ao mercado. Marco Aurélio, que passou recentemente por uma cirurgia, geralmente vota contra a chamada modulação de efeitos na Corte. Ele repetiu, nesse caso, portanto, algo que já era já conhecido.

"Concluindo-se pela modulação, a óptica desaguará na presunção de inconstitucionalidade da norma enquanto não houver deliberação do tribunal sob o ângulo da repercussão maior. Não se pode potencializar a segurança jurídica-gênero - em detrimento da própria lei, instrumento último de estabilização das expectativas no Estado Democrático de Direito", diz em seu voto.

Os ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli, minoria por enquanto, são os únicos divergindo. Eles defendem que o governo possa cobrar a tributação sobre o terço de férias somente a partir da ata do julgamento do STF - impedindo, portanto, a cobrança dos valores que, no passado, não foram pagos.

Eles ressaltam, no entanto, que quem recolheu a contribuição sobre o terço de férias no passado não poderá pedir a devolução dos valores ao governo.

O ministro Barroso cita, no seu voto, o artigo 927 do Código de Processo Civil. Consta nesse dispositivo que pode haver a modulação de efeitos quando há alteração de jurisprudência dominante nos tribunais superiores ou oriunda de julgamento de casos repetitivos.

"Resta clara a alteração de jurisprudência dominante do STJ, o que, por si só, já demandaria atuação desta Corte a fim de assegurar que a segurança jurídica e a confiança no sistema integrado de precedentes sofram os menores impactos negativos possíveis", ele afirma.

Além disso, acrescenta, o STF, desde 2011, vinha se negando a julgar, por meio de repercussão geral, as discussões referentes à definição das verbas - se indenizatória ou remuneratória - para fins de incidência da contribuição previdenciária.

"Impossível desconsiderar que o julgamento de mérito e o reconhecimento da constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias contrariam um arcabouço jurisprudencial que envolve precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de justiça", conclui.

Ele chama a atenção que essa decisão pode reverberar, inclusive, em outras matérias com jurisprudência pacificada. Entre elas, a incidência da contribuição do empregado sobre o terço de férias.

Até a noite de ontem, faltavam os votos dos ministros Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux, Nunes Marques e Rosa Weber. Eles podem apresentar pedido de vista ou de destaque, o que, se ocorrer, suspende as discussões, adiando, portanto, a conclusão do caso.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186786

Funpresp: novo regulamento, proteção reforçada (2)

Cícero Dias

A Funpresp completou oito anos e já ultrapassa a marca de 101 mil adesões, tem R\$ 4 bilhões em patrimônio financeiro e rentabilidade acumulada de 130,75%. Mais do que mostrar números, o dever da Funpresp é ser presença constante na vida do servidor: desde a posse até a aposentadoria. Nesse meio tempo, infelizmente, podem ocorrer infortúnios, como a necessidade de uma aposentadoria por invalidez ou mesmo de pensão por morte.

Em novembro de 2019, a Reforma da Previdência (EC nº 103) trouxe alterações na elegibilidade e na regra de cálculo da previdência oficial dos **servidores públicos** federais, reduzindo os valores dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte pagas pela União.

O cálculo dos benefícios de risco da Funpresp (aposentadoria por invalidez e pensão por morte), concedidos de maneira complementar à Previdência oficial, eram vinculados ao valor pago pelo RPPS. Se não houvesse alteração nos regulamentos, caberia ao plano pagar a diferença do valor que foi reduzido pela União nos benefícios não programados, o que implicaria numa necessidade de aumento do valor da contribuição ao FCBE, o fundo coletivo que custeia a aposentadoria por invalidez, a pensão por morte e o benefício vitalício de sobrevivência na Funpresp, acarretando menor percentual destinado para a reserva previdenciária na conta individual de cada participante.

A Funpresp propôs, então, adaptações da forma de cálculo dos benefícios de risco da Fundação para desvinculá-la do valor do cálculo da União. Assim, não há mais a necessidade de aumentar a parcela da contribuição mensal destinada ao FCBE, mantendo o valor da aposentadoria programada intacto. O valor do benefício não programado da Funpresp também se mantém no patamar anterior à Reforma da Previdência. Entretanto, o servidor vai perceber, pela EC 103 de 2019, o impacto na redução da parcela a ser paga pela União no RPPS. Para contornar essa situação, ele pode contratar uma cobertura adicional na Funpresp, de valor consideravelmente menor do que os praticados pelo mercado, para cobrir a redução causada pela Reforma.

Outro ajuste necessário à nova realidade da EC nº 103 foi em relação à unificação em 25 anos do tempo de contribuição para servidores em condições especiais de aposentadoria (mulheres, policiais, professores do ensino infantil, fundamental e médio, e demais servidores em atividade de riscos). A unificação fez com que o Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal deixasse de ter finalidade, uma vez que ele existia para compensar o tempo de contribuição diferenciado, extinto com a Reforma. O benefício está garantido para aqueles que já têm direito adquirido. Os demais participantes que contribuíam com esse Aporte e não possuíam condições especiais terão a devolução acumulada dos valores nesses oito anos e para todos um percentual maior da contribuição mensal destinado à sua conta individual.

A Funpresp também facilitou o acesso à reserva e deixou os planos mais flexíveis. Agora é possível sacar antes da aposentadoria o investimento realizado por meio de portabilidade ou contribuição facultativa, ambas livres de taxas, o que permite ao servidor investir na Funpresp não apenas para o longo prazo, mas também para fazer uma viagem, comprar um carro, pagar os estudos dos filhos. Também é possível agora sacar todas as contribuições do participante no ato da aposentadoria, suspender o plano por até 36 meses, e a alternativa de portar, sem prazo de carência, os recursos acumulados na Funpresp para outra Entidade, em caso de quebra de vínculo com o serviço público. Com essas novas, características o novo Regulamento da Funpresp se iguala aos planos de previdência oferecidos por bancos e seguradoras.

O novo regulamento só foi possível pela forte governança, transparência e sinergia entre as áreas técnicas, que prontamente identificaram os potenciais riscos e propuseram soluções eficientes que passaram por profundas discussões nos órgãos colegiados da Fundação: na Diretoria Executiva, nos Comitês de Assessoramento Técnicos dos Planos e, por fim, no Conselho Deliberativo. Para compor esses colegiados é preciso ser participante do plano há pelo menos três anos e não ter vínculo político-partidário. A proposta também foi examinada pelos patrocinadores e, em seguida, pela Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), no dia 19 de março. Agora, ele já está valendo e pronto para proporcionar uma Funpresp ainda mais competitiva aos seus participantes.

Professor universitário da UFPE e diretor de
Seguridade da Funpres-ExeRicardo PenaAuditor
fiscal da RFB/ME e diretor-presidente da Funpres-
Exe

Desigualdade tributária: como até a forma de coletar e usar impostos afeta mais as mulheres

Por Naiara Bertão, Valor Investe - São Paulo

É chegada a temporada - chata, mas obrigatória - de declaração do Imposto de Renda. Em meio à burocracia habitual dos brasileiros que ganham mais de R\$ 28.559,70 por ano, uma outra discussão, paralela e até mais importante, está em curso: a desigualdade tributária de gênero .

Na semana de 15 e 26 de março, a Global Alliance Tax Justice (GATJ), coalizão global do movimento por justiça fiscal, promoveu a campanha " Justiça fiscal pelos direitos das mulheres ". O tema de desigualdade tributária vinha me perseguindo nos últimos meses, com algumas amigas advogadas postando algo à respeito, algumas pautas começando a aparecer no meu e-mail, e resolvi finalmente ir atrás para entender.

Acontece que, se não bastasse sermos, nós, mulheres, minoria em tudo que envolve geração de renda e emprego formal, ainda somos penalizadas pelo modelo de tributação do Brasil . Infelizmente, nem é só aqui - a maioria dos países do Hemisfério Sul, emergentes, é assim . Na prática, ganhamos menos, mas pagamos mais impostos . Como?

A base da explicação para a desigualdade tributária de gênero está na priorização da fonte de tributação. Mais da metade (58%) dos impostos coletados no Brasil incidem sobre o consumo - 42% da arrecadação vem da renda .

O que isso tem de ruim e porque é tão prejudicial às mulheres? Conversei com a Grazielle David, coordenadora global de políticas e campanhas da Global Alliance for Tax Justice, que me explicou algo muito óbvio e que eu, pelo menos, não tinha parado nunca para pensar à respeito: os mais pobres não ganham muito, além de se sujeitarem mais a trabalhos informais, mas consomem bastante - compram comida, remédios, roupas e outros itens básicos, onde incide mais imposto .

Além disso, sobre o pouco que ganham, e que é tributável, conseguem abater muito pouco, uma vez que não sobra muito dinheiro para investir e receber lucros e dividendos isentos ; e não têm muito dinheiro

nem para pagar despesas médicas no particular para deduzir depois - acabam dependendo mesmo do SUS. Até têm os que pagam pensão alimentícia, outro item dedutível do IR, mas em valores menores.

Leia também: O que Melinda Gates e o presidente do Banco Mundial têm a nos dizer sobre a desigualdade no pós-covid

E quem são os mais pobres do Brasil?

Vale ainda acrescentar outro dado: segundo o mesmo estudo, os homens ganham 29,6% a mais que as mulheres. Elas também estão mais sujeitas a trabalhos informais ou de baixa remuneração, o que tem muito a ver com a menor disponibilidade de horas (já que cuidam da família e da casa, trabalho ZERO remunerado).

Segundo dados do IBGE referentes a 2019 , dos 51,7 milhões de pobres no Brasil, 52% (26,9 milhões) são mulheres contra 24,9 milhões de homens. Dos 13,7 milhões de brasileiros que viviam em situação de pobreza extrema (renda per capita diária inferior a US\$ 1,90), pasmem, cerca de 5,4 milhões eram de mulheres que se autodeclararam pardas ou pretas, o que representa quase 40% do total. Quando acrescentamos as mulheres brancas nesta conta, elas são maioria (52%) dos mais pobres.

Um estudo da organização Oxfam mostra que, se o trabalho não remunerado de mulheres e meninas acima de 15 anos com cuidados e atividades domésticas (que somam 12,5 bilhões de horas por dia) fosse incluído no PIB global, seriam US\$ 10,8 trilhões anualmente a mais .

" O modelo de tributação no Brasil, o regressivo, onera em especial os mais pobres, que são mulheres em geral, e negras em especial . As mulheres, além de serem maioria entre os informais, são responsáveis pelos cuidados dos filhos, dos pais, o que as tira do mercado formal. Como consequência, elas também não conseguem contribuir ao INSS e perdem uma série de direitos e garantias, para ajudar a piorar", explica Grazielle David.

Pode até existir um argumento de que, ganhando menos, as mulheres também estão menos sujeitas a cobrança de **impostos** pela via da renda, o que é verdade, ainda que a lógica funcione mais se pensarmos em termos absolutos e não relativos.

Porém, elas não escapam de jeito nenhum da cobrança de **impostos** do lado do consumo. São as principais gestoras do lar, responsáveis pelas compras, que consomem quase todo o seu dinheiro, que já não é muito. Acabam gastando, porém, para consumo da família e não apenas benefício próprio.

Vocês já pegaram uma nota fiscal e viram tudo de imposto que está inserido nos preços? Um exemplo: Fiz uma "comprinha" no supermercado em São Paulo em meados de março no valor de R\$ 213, o que já achei bem caro porque não comprei quase nada. Lá no rodapé estava: do valor total, R\$ 14,01 são de **impostos** federais e R\$ 26,98 de **impostos** estaduais. No fim, se não houvesse essa incidência de **impostos** sobre os itens que eu comprei, eu teria pagado R\$ 41 a menos. O imposto cobrado por apenas esta compra representa pouco mais de 19% do valor total.

E pior: as mulheres estão ainda mais expostas aos efeitos da **inflação**. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que divulga a **inflação** dividida por classe de renda, a **inflação** das famílias mais pobres está em 6,75% no acumulado em 12 meses até fevereiro contra 3,43% da classe de renda mais alta.

A alimentação, que é o principal gasto dessas pessoas mais pobres, ao lado de energia elétrica e transporte público, é um dos itens que mais tem subido de preço e "roubado" poder de compra dessa classe. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 12 meses até fevereiro em 5,20%, sendo que a **inflação** de alimentos, em especial, subiu 15% no período.

O imposto come de um lado e a **inflação** de um outro. Ou seja, como se não bastasse já pagarem uma boa fatia de **impostos** já embutidos nas compras, os mais pobres (sendo a maioria mulheres) precisam lidar com a aceleração da **inflação** e a diminuição de seu poder de compra.

Mas as desigualdades de gênero não param por aí.

Mesmo quando observamos a renda, os homens têm mais itens isentos do que nós, como, por exemplo, dividendos e lucros (sim, eles investem mais em produtos que são isentos e são maioria entre os donos de empresas e alto escalão executivo que recebem bônus rechonchudos) e ... pensão alimentícia.

Nos dados de Imposto de Renda com ano base de 2018, último relatório disponível no site da **Receita Federal** brasileira, os homens somavam R\$ 15,65 bilhões de dinheiro dedutível do IR referente ao pagamento de pensão alimentícia, contra apenas R\$ 370 milhões das mulheres.

É óbvio que o homem paga mais pensão do que a mulher, todos nós sabemos disso e vemos na prática. Mas são elas que usam esse dinheiro para comprar coisas para os filhos, ou sejam são prejudicadas pelo maior tributo no consumo. E adivinhem quem abate os **tributos** depois do imposto?

"É preciso mudar a estrutura social, mas evitar também que o Estado não reforce a desigualdade com o sistema tributário. A solução passa por uma mudança de um sistema tributário mais baseado na renda do que em consumo", afirma Grazielle.

Outros pontos defendidos pela Global Alliance Tax Justice são o reconhecimento do trabalho não remunerado no sistema tributário e fiscal; políticas que tributem as grandes fortunas e heranças, a exemplo do que países como Argentina, Colômbia e Bolívia estão estruturando; o combate sério à elisão e evasão de divisas, que "roubam" dinheiro que poderia ser usado para benefícios sociais dos países; e, por fim, redirecionamento de recursos arrecadados para diminuir a desigualdade de gênero.

"A melhor distribuição de dinheiro para reduzir a desigualdade de gênero e social está baseado no financiamento adequado dos serviços públicos. Poderiam ser feitas, por exemplo mais creches que permitam a mulher com filhos voltar ao mercado de trabalho, com escolas, serviços de saúde pública e centros de cuidados de idosos, cujo cuidado acaba ficando mais com a mulher. O Brasil pensa muito pouco nos idosos, em sua qualidade de vida e estrutura para ajudar a viverem com qualidade", lembra Grazielle.

Vamos aproveitar as discussões sobre **reforma tributária** para repensar um modelo mais justo?

Site: <https://valorinveste.globo.com/blogs/naiara-bertao/post/2021/04/desigualdade-tributaria-como-ate-a-forma-de-coletar-e-usar-impostos-afeta-mais-as-mulheres.ghtml>

"Foco da política pública tem de ser o cidadão"



O olhar do economista Marcos Lisboa para a economia do Brasil na pandemia é curto e direto: "O Orçamento de 2021 (em discussão no Congresso) reflete o desgoverno em que vivemos".

Ajuste fiscal? "É um espantinho para não se discutir o descontrole dos gastos públicos." Qual a saída? "O que deveriam debater, de fato, é a influência da política pública na qualidade de vida das pessoas." Poucas pessoas no País dispõem da bagagem técnica e prática do carioca para falar de desafios nacionais como gasto público, reformas, pobreza e desigualdade. Tendo em mãos um doutorado da Universidade de Pensilvânia e aulas em Stanford, ele foi professor na FGV e passou boa temporada como diretor e vice-presidente do Itaú Unibanco.

E, antes de entrar no Insper, que preside desde 2015, mergulhou na vida pública: no primeiro governo Lula, foi secretário de Política Econômica da Fazenda, aceitando o convite do então ministro Antônio Palocci.

Nesta entrevista para a série Cenários, ele critica a insegurança jurídica, os lobbies de corporações para que ninguém mexa com suas conquistas e bate o martelo no que considera o caminho a se tomar: "Tem de mudar o foco das políticas públicas. Esse foco tem de ser o cidadão". A seguir, os principais trechos da conversa.

I Já estamos em abril e o debate sobre o Orçamento não acaba. Por quê?

O Orçamento reflete o desgoverno em que vivemos. Tivemos um Orçamento obrigatório com as despesas subestimadas, para permitir emendas parlamentares - e parte delas era para atender a demandas de outros ministérios. Então, o ministério da Economia cria um Orçamento, o governo manda ao Congresso, mas outros ministérios discordam e pedem ao relator para incluir o que o governo deixou de fora. Isso é desgoverno.

I Há quatro meses atuando sem Orçamento, como o governo funciona?

Funciona mais ou menos. Quer dizer, a gente tem visto dificuldades na saúde, na economia. Foi preciso aumentar os juros porque teve **inflação** e uma política conduzida de forma pouco cuidadosa no ano passado.

O nosso câmbio, se o Brasil tivesse atuado como outros emergentes, seria de R\$ 4,30, por aí, não de R\$ 5,60 ou R\$ 5,70.

I O Brasil nunca conseguiu fazer um ajuste fiscal sério. Sem ele, qual é a perspectiva?

Acho que o ajuste fiscal no Brasil virou um espantinho para a gente não falar dos problemas. O problema não é o ajuste fiscal. Você tinha várias maneiras, por exemplo, de criar um auxílio emergencial focado de fato em quem precisa. Podia não ter feito emendas paroquiais para gastar dinheiro nisso e naquilo.

Podia rever os subsídios concedidos.

O dilema é outro. É escolher: a gente vai prejudicar pessoas hoje ou vai prejudicar amanhã? Estamos escolhendo amanhã.

I Desde o fim da ditadura, quando foi que o Brasil conseguiu controlar os seus gastos públicos?

Tivemos um controle de gastos a partir de 1999, que continuou no primeiro mandato do governo Lula e permitiu a redução da dívida pública.

Então, tivemos alguns anos de bom crescimento.

I Fora do Brasil, o mundo também crescia, não?

Sim, havia um comércio mundial muito bom e o Brasil aproveitou. Agora, isso de focar a discussão na questão fiscal acaba sendo uma cortina de fumaça para não discutirmos o descontrole dos gastos públicos.

I Como se ajusta isso?

Vamos lá. O Brasil aumentou sua carga tributária de 25% do **PIB** para 34%, de 1995 até agora. São 9 pontos a mais. O gasto público aumentou muito mais que isso. Por que a educação no País não melhorou se estamos gastando mais? É que nós temos um problema sério: o gasto aqui é muito ineficiente.

A gente gasta muito com salários, aposentadorias, e não faz gestão pública. Nosso debate é sempre sobre "quanto" gastar, não "como" gastar.

Cadê o resultado do gasto? As crianças estão aprendendo mais?

Quantas pessoas tiramos da pobreza?

I Qual a saída?

Acho que vocês, da comunicação, têm um papel maior que o nosso. O problema é: vamos começar discutindo o aprendizado dos alunos? Veja a resistência que surgiu para se criar um currículo mínimo comum para o Brasil inteiro... que todo mundo tem.

Enfim, o debate não tem de ser sobre gasto, mas sobre a influência da política pública na qualidade de vida das pessoas. Se não for assim, veja no que dá: neste último Orçamento, vão R\$ 44 bilhões para auxílio emergencial e R\$44 bilhões para emendas parlamentares destinadas a obras paroquiais.

Que preocupação social é essa?

I Tem de perguntar ao Congresso.

Mas veja, não adianta culpar só o Congresso, pois o governo participou de parte dessa criatividade.

E mais: Senado e Câmara são duas Casas eleitas por nós. O que não se espera é a ausência do Executivo para dar uma visão nacional.

I O Judiciário tem recebido críticas. Como vê isso?

Com preocupação.

No Brasil estamos reduzindo, cada vez mais e descontroladamente, a segurança jurídica.

Liminar para cá, liminar para lá, esta lei se aplica, aquela não...

Às vezes, é o contencioso tributário, em outras, a dificuldade de se construir uma fábrica. Vou lhe dar números. Nessa disputa entre o fisco e a sociedade, que é o chamado contencioso administrativo, a mediana do **PIB** na OCDE é de 0,28%. Na América Latina, excluindo o Brasil, é menor ainda, 0,19% do **PIB**. E, no Brasil, ela chega a 15%. Isso vem de regras malfeitas, mudança de interpretação das normas, por aí. Desse modo, quem vai querer investir no Brasil?

I Se tivéssemos de fazer um plano de ação para os próximos dois anos, por onde ele deveria começar?

Primeiro, acho que se deveria mudar o foco da política pública. Esse foco tem de ser o cidadão. Temos de avaliar a educação pelo aprendizado do aluno. Segundo, é preciso reduzir gastos obrigatórios com servidores da ativa e aposentados, sobretudo nos estados e municípios. Falo de **servidores públicos** não avaliados pelo desempenho, ou que se aposentam muito cedo, que têm promoção automática, que recebem quinquênios.

I Mas como fazer para se mexer com isso? Só gritam os que são contra!

Acho que esse debate está começando a mudar. Foi o que se viu com a Previdência: a reforma veio com 20 anos de atraso, mas veio. Vou dar um pequeno exemplo de ineficiência a ser trabalhada. Muita gente defende a desoneração da cesta básica. No entanto, veja só, em 2017 o Ministério da Fazenda fez uma outra conta. Que tal reduzir essa desoneração da cesta básica - ou seja, ela paga mais imposto, não menos - e transferir esses recursos captados a mais para o Bolsa Família? Sabe qual seria o impacto disso? A desigualdade de renda no Brasil cairia 12 vezes mais que na solução anterior. Só com essa medida.

I Ligado a esse tema está o da reforma do Estado. Por onde se começa a fazer essa ideia andar?

A reforma administrativa que estava sendo discutida no Congresso era muito tímida. Ali não tinha reforma nenhuma que valesse a pena. E muito menos preocupação com o cidadão.

I Mas uma reforma tímida não é melhor do que nada?

Mas temos de escolher prioridades.

Aquela mudança de foco de que falamos, do gasto voltado ao resultado para o cidadão, a construir regras

de ascensão no serviço público condicionadas ao atendimento das necessidades da criança... isso, sim, é transformador.

I Você já esteve no setor público, uns 3 ou 4 anos. Toparia voltar?

Olha, eu me sinto um servidor público.

Apesar do meu discurso duro, às vezes, sobre corporações de servidores, tenho admiração pela política pública, que tem umas ilhas de excelência admiráveis. Mas há um movimento de massa das corporações que se tornou um entrave para o País. Manifestações por reajustes, no momento em que o Brasil vive uma recessão e com tanta gente desempregada? Mas vamos combinar o seguinte: que esse problema não é só do setor público.

Também há corporações privadas que sobrevivem graças a recursos arrecadados compulsoriamente. Zona Franca de Manaus, Sistema S, crédito subsidiado, medidas de proteção contra a concorrência...

I Temas de uma reforma tributária?

Há uma bela proposta de reforma tributária na Câmara, a PEC 45, que é simples de se fazer. É o que a imensa maioria no mundo já faz.

Adotar o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado). Você tem uma empresa, pega as notas fiscais de tudo que vendeu e as de tudo o que você comprou durante o ano, tira uma da outra e paga sobre a diferença uma alíquota, por exemplo, de 25%. Só isso.

I E quem é contra?

O setor de serviços se levanta e diz "não quero pagar imposto como o resto da sociedade. Sou advogado, sou juiz, sou economista, sou editor de livros..." Em suma, nada anda porque temos um País disfuncional em que o Estado concede benefícios discricionariamente.

I Acha que isso ficou mais transparente com a pandemia?

Acho que não. O que percebo é que a pandemia está acirrando esses pequenos interesses. Teremos regras para todos, cuidando dos vulneráveis?

Não. Por que o setor A é mais importante que o B? Essa ajuda discricionária por setores é que é o problema. Basta você olhar a quantidade de recursos que têm sido concedidos pelos orçamentos públicos nos últimos anos.

I Qual a mensagem que você deixa, quanto aos horizontes do País?

É uma nota de otimismo. O Brasil tem muitas distorções, no setor público e no privado. Mas também este é um País de muitas oportunidades, temos que enfrentar os problemas devagar, com muito debate.

Buscando criar uma regra tributária em que iguais paguem imposto igual. Em que a política de gasto público cuide dos vulneráveis. Abrir a economia para o exterior. E determinar: "Olha, o Estado é para cuidar da educação, dos grupos mais pobres, não para proteger corporações ou setores produtivos".

QUEM É

MARCOS LISBOA ECONOMISTA, PRESIDENTE DO INSPER, Professor de Economia na FGV, foi secretário de Política Econômica do Min. Fazenda (2003-2005) e vice-presidente do Itaú Unibanco. É presidente do Insuper desde 2015.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Passivo de Previdência de servidores chega a R\$ 1,2 tri

Fabio Graner

O governo elevou significativamente o seu volume de compromissos futuros para o pagamento de aposentadorias e pensões dos **servidores públicos** civis, o chamado "passivo atuarial". Em 2020, segundo dados do Tesouro, foram reconhecidos mais R\$ 110,5 bilhões em compromissos previdenciários a serem honrados ao longo do tempo, levando o estoque dessa despesa futura a R\$ 1,216 trilhão.

O volume de reconhecimento foi bem maior do que o verificado na contabilidade relativa a 2019, quando foram reconhecidos R\$ 64,6 bilhões dentro da planilha de custos do governo federal, ou seja, houve uma alta de 71%.

A contabilização desse passivo atuarial é uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) e passou a ser feita a partir dos dados de 2015. Apesar de a alta nesse indicador ter sido mais intensa no primeiro ano completo da reforma da Previdência, que atingiu em grande medida os servidores inativos da União, a secretaria responsável explica que não significa uma falha da reforma.

A justificativa para o aumento, de acordo com os técnicos, tem como elemento principal a queda dos juros levado em conta nos cálculos. Como o horizonte em consideração é de 150 anos, qualquer variação tem um efeito que se mostra enorme no presente.

Na contabilidade mais recente, considerou-se uma taxa de juros de 5,38% ao ano (com base em uma média de títulos públicos nos últimos cinco anos), quase meio ponto percentual abaixo dos 5,86% utilizados para o cálculo feito em 2019. "Para se ter uma ideia, se a taxa fosse a mesma do ano anterior, o aumento no déficit atuarial seria de R\$ 20 bilhões", explicou ao Valor o secretário de Previdência, Naron Gutierrez. "Isso não quer dizer que a reforma da Previdência não produziu efeitos, é uma questão mais matemática."

A secretaria de Previdência lembra ainda que entre 2019 e 2020, o déficit financeiro (aquele que no curto prazo está efetivamente impactando as contas públicas) do regime próprio dos servidores caiu de R\$ 53 bilhões para R\$ 48,5 bilhões, refletindo exatamente os efeitos da reforma, principalmente no aumento da

arrecadação.

Gutierrez comentou ainda que o aumento no passivo atuarial de longo prazo não significa maior risco de insolvência do setor público no pagamento das aposentadorias dos servidores civis. Em sua visão, dada a magnitude desse passivo e o período de 150 anos que ele compreende, a variação ocorreu "na margem" e não deve gerar preocupação.

Ele destacou que o mais importante nesse contexto é a transparência dos dados sobre as futuras necessidades de cobertura dessas despesas.

Nesse sentido e atendendo ao TCU, o Tesouro também passou nesse ano a divulgar o passivo atual da Previdência dos militares das Forças Armadas brasileiras. Segundo os números do balanço da União, as "provisões" contábeis para o pagamento de militares inativos somaram R\$ 405,8 bilhões. Além disso, o déficit relativo às pensões militares é de R\$ 298 bilhões. Somando os dois, o custo projetado de aposentadorias e pensões das Forças Armadas representa mais da metade do que o dos servidores civis, que são muito mais numerosos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Receita diz que só rico lê; livro perderia isenção

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Em novo documento sobre perguntas e respostas sobre o projeto de fusão da PIS/Cofins em um único tributo, a Receita diz que os livros podem perder a isenção tributária porque são consumidos pela faixa mais rica da população (acima de 10 salários mínimos). Com a arrecadação a mais, a Receita diz que o governo poderá "focalizar" em outras políticas públicas, como ocorre em medicamentos, na área de saúde, e em educação.

O documento "Perguntas e Respostas" da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) foi atualizado ontem pela área da Receita que cuida da proposta de **reforma tributária** e já é motivo de críticas dos tributaristas por incorporar mudanças de interpretação que não constam no projeto de lei enviado no ano passado. O projeto cria a CBS - tributo no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - não tem nem relator indicado e está no limbo da discussão da reforma no Congresso.

Hoje, existe uma lei que isenta o mercado de livros e papel para a sua impressão de pagar o PIS e Cofins. A equipe do ministro Paulo Guedes propõe substituir as duas contribuições federais pela CBS, com alíquota de 12%, e acabar com os benefícios fiscais, incluindo o concedido ao mercado editorial.

A Receita argumenta que não existem avaliações que indiquem que houve redução do preço dos livros após a concessão da isenção. "Não foi identificada nem correlação entre uma coisa e outra", acrescenta o texto.

Para justificar o fim do benefício, o documento acrescenta que dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2019 do IBGE apontam que famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumido pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

"Neste sentido, dada a escassez dos recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas, assim como é o caso dos medicamentos, da saúde e da educação no âmbito da CBS", argumenta a Receita.

Para o especialista em educação e Orçamento, João Marcelo Borges, a justificativa da Receita é elitista e piora a situação que já é ruim no País. "Os livros no Brasil já são caros, o que por si só já afasta as pessoas mais pobre, e torna mais caros", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Obras têm gerado 30 mil empregos"



Edis Henrique Peres

Entrevista / José Humberto Pires - secretário de Estado de Governo do Distrito Federal ,

Em entrevista ao CB.Poder - parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília -, o secretário de Estado de Governo do Distrito Federal (Segov-DF), José Humberto Pires, defendeu que a imunização e os incentivos econômicos devem ser tratados com igual prioridade no DF. Durante a conversa com o jornalista Vicente Nunes, ontem, o chefe da Segov ressaltou a prorrogação do prazo de pagamento de **tributos** e a isenção de **impostos** dada aos empresários do DF e avaliou que a crise financeira é temporária. Pires revelou que cerca de 200 obras estão em andamento em Brasília e que as atividades têm gerado 30 mil empregos diretos e indiretos.

O senhor tem um viés muito econômico, temos visto tanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, como o presidente do Banco Central, Roberto de Oliveira Campos Neto, dizendo que a vacinação é fundamental para a retomada da economia. Essa é a percepção também dentro do governo do DF? Sim, o GDF (Governo do Distrito Federal) não poderia agir de outra maneira. Se ficarmos apenas na pauta da pandemia, cometeremos um erro, pois temos uma questão gravíssima de desemprego crescente. A cidade não pode parar. Por isso, a nossa pauta da economia está sendo tocada com a mesma importância que está sendo dada para a imunização da comunidade. Sabemos que as duas trabalham em conjunto. É preciso que ambas aconteçam.

O que o GDF vem fazendo para não deixar a economia parar? Principalmente, agimos com a administração de maneira competente com o orçamento que temos disponível. O secretário André Clemente, da Secretaria de Economia (SEEC-DF), tem feito um trabalho hercúleo, no sentido de administrar

esse orçamento e liberar as obras que são necessárias para serem realizadas. Porque a obra gera emprego, gera renda e faz com que a cidade se desenvolva. Para se ter ideia, neste momento, temos mais de 200 obras em andamento, nenhuma parou por uma questão de falta de recursos ou qualquer tipo de situação que dependa do governo. Essas obras têm gerado em torno de 30 mil empregos diretos e indiretos. São investimentos na ordem de R\$ 2,6 bilhões.

E os setores mais debilitados pela pandemia, o que o governo está fazendo para ajudar? Em todas as áreas mais vulneráveis, o governo desenvolveu uma linha de apoio para que elas não fossem tão impactadas, ou na isenção dos **impostos** ou na prorrogação desses **tributos**. Também tivemos a linha de crédito que foi aberta pelo BRB (Banco de Brasília) para apoiar essas empresas. Somente na última linha de crédito que foi autorizada pelo governador já foi demandado mais de R\$ 1 milhão. Ou seja, a visão de sobrevivência da empresa é o que dá garantia de uma sobrevivência posterior. O comércio precisa continuar em condições de abrir.

Vimos na segunda-feira cenas de desocupação dos catadores de recicláveis próximo ao CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), o que aconteceu? Aquela área estava sendo atacada há muito tempo por pessoas que se colocam como catadores e que estão fazendo os seus barracos no local. Mas é uma área desapropriada, está no centro de Brasília, não é passível de regularização. Então, decidimos tomar a decisão de limpar a área, porque a cidade tem que ter ordem pública e urbanística. Temos o Codhab (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF) para que as pessoas se inscrevam e cumpram os critérios para receber a sua residência. Mas houve um grupo que entrou na Justiça e pediu uma liminar. Contudo, a nossa procuradoria conseguiu derrubar a liminar dando condições para que a área fosse desocupada. Agora, o local está sendo limpo e organizado.

Para onde as pessoas que estão lá vão ser levadas? Houve algumas pessoas que se enquadram no princípio da habitação popular, a Codhab está cuidando desse tema. Aos demais oferecemos os abrigos que temos, afinal são pessoas e precisam ter todo o respeito e carinho. E não somos indiferentes a elas. As pessoas que optaram pelo abrigo foram levadas. As que estavam ali apenas para ocupar um espaço e, depois, conseguir uma autorização,

evidentemente voltavam para as suas casas.

Governo quer mudar lei do Orçamento para destravar redução de salários

Bernardo Caram, Thiago Resende e Renato Machado
Brasília

Pressionado por empresários, o governo apresentou ao Congresso um pedido de flexibilização da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de -202i para destravar o programa que permite corte de jornadas e salários de trabalhadores, além da suspensão temporária de contratos.

A mudança na legislação também deve destravar o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), iniciativa que libera crédito de baixo custo a pequenos empresários.

A medida emergencial na área de emprego, batizada de BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), está parada por causa de questões técnicas, que geraram divergências internas no Ministério da Economia.

Dois problemas impedem o lançamento imediato. No primeiro deles, o Orçamento de 2021 não tem espaço para acomodar a medida. Para fazer a proposta avançar, o ministro Paulo Guedes (Economia) diz que o programa será financiado por créditos extraordinários.

Esses recursos são liberados em situação de urgência e não são contabilizados no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**.

O segundo entrave está na LDO de 2021.0 texto foi aprovado no fim do ano passado com um dispositivo que obriga o governo a compensar novos gastos por meio de aumento de receitas, como reajuste de **tributos**, ou redução de despesas em outras áreas.

Esse contrapeso também é exigido para gastos fora do teto. Por isso, o governo quer mudara LDO e lançar o programa sem compensação fiscal

O plano, antecipado pela Folha, foi confirmado pelo Planalto na noite desta terça (6).

"O principal objetivo é flexibilizar as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias a fim de permitir a execução de projetos que tenham duração específica no ano

corrente", informou.

Segundo o governo, a alteração proposta não afasta as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, não excepciona o teto de gastos nem altera diretamente o Orçamento.

O novo programa implicará aumento de despesa porque, assim como em 2020, o trabalhador afetado pelo corte de remuneração receberá uma ajuda parcial em dinheiro do governo.

O custo da medida neste ano, segundo Guedes, deve ficar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. Técnicos da pasta, no entanto, afirmam que o valor pode chegar a R\$ 10 bilhões.

Uma ala do ministério entende que o novo programa, por não estar previsto no Orçamento, deve ser classificado como uma nova despesa. Por isso, segundo define a LDO, precisa de compensação.

A avaliação na pasta é que, em um momento como este, com necessidade de enfrentamento da pandemia, não faz sentido exigir contrapartida para uma medida considerada emergencial.

Segundo um membro da equipe econômica, o programa tem custo relativamente baixo e, por ser considerado eficiente, não será interpretado como uma burla ao teto de gastos. Para essa fonte, o mercado já compreendeu bem, por exemplo, a liberação de recursos fora do teto para bancar o auxílio emergencial e a compra de vacinas.

De acordo com uma fonte do ministério, já está pronto o projeto que será enviado ao Congresso para pedir a mudança na LDO e dispensar essa medida compensatória.

O projeto que será enviado ao Congresso para pedir a mudança na LDO e dispensar essa medida compensatória foi preparado pelo Ministério da Economia.

A ideia é que o Congresso avalie e aprove esse projeto para, em seguida, o governo editar a MP (medida provisória) que vai instituir o programa de emprego.

As regras devem ser semelhantes ao formato do ano passado. A redução de jornada e salário ou a suspensão temporária de contrato de trabalho será fechada em acordo entre patrão e empregado.

O trabalhador receberá uma compensação a ser calculada de acordo com a perda de renda e o valor do seguro-desemprego ao qual teria direito.

O governo espera que 4 milhões de trabalhadores recebam o benefício para compensar o corte de renda neste ano. Em 2020, foram cerca de 9,8 milhões.

Segundo integrantes da pasta de Guedes, a estimativa é menor por causa de medidas menos restritivas adotadas pelos governos estaduais e municipais em relação ao ano passado, além de que algumas empresas se adaptaram às normas de segurança para combater a Covid-19 e não devem interromper as atividades em 2021.

Ao exigir a compensação pelo aumento de despesas, a LDO tem impedido que o Ministério da Economia possa conseguir os recursos para bancar o programa trabalhista emergencial, cujo objetivo é evitar demissões em massa em meio à crise da Covid-19.

Outra opção que estava em debate na equipe econômica era decretar calamidade pública em 2021, o que retiraria amarras e barreiras fiscais, como foi feito no ano passado. Mas, na avaliação de Guedes, isso poderia abrir brecha para uma forte expansão de gastos nos próximos meses, o que ele quer impedir.

A empresários o BEm chegou a ser prometido ainda em março, mas atrasou por causa dos entraves orçamentários.

A equipe do ministro chegou a elaborar uma proposta que reduziria o gasto com a medida. Mas, como envolvia aso de parte dos recursos do seguro-desemprego, o plano foi barrado dentro do governo.

Empresários afetados por medidas de contenção da propagação do coronavírus, como o fechamento de bares e restaurantes, cobram do Ministério da Economia a renovação do programa trabalhista.

No ano passado, o governo estimou que 24,5 milhões de trabalhadores teriam o contrato suspenso ou jornada e salário reduzidos. Ao fim do programa, no entanto, o total de trabalhadores que firmaram esses acordos ficou em 9,8 milhões.

Em videoconferência nesta terça-feira (6), Guedes afirmou que o programa emergencial de proteção ao emprego pode sair a qualquer momento, mas não detalhou o trâmite da proposta.

O ministro ainda apresentou como promessas para o pós-pandemia propostas na área trabalhista que estão travadas e sem previsão de lançamento por conta do aperto no Orçamento do governo.

Segundo ele, após o enfraquecimento da pandemia e a recuperação da atividade econômica, os trabalhadores informais serão atendidos por novos programas: a carteira de trabalho verde e amarela e o Imposto de Renda negativo.

"O mercado formal estará operando com esse tipo de programa em breve", disse.

No entanto, como mostrou a Folha, a avaliação de técnicos do governo é que não há recursos disponíveis para bancar as ações.

A carteira de trabalho verde e amarela prevê a flexibilização de contratos trabalhistas e redução de custos de **tributos** para faixas salariais mais baixas com o objetivo de incentivar a inclusão de informais no mercado de trabalho.

Para viabilizar a medida, o governo precisa encontrar uma fonte de recurso que compense a perda de receita com o corte de encargos.

O Imposto de Renda negativo, que seria batizado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), alcançaria beneficiários de programas sociais e seria vinculada a cursos de qualificação. No início do ano, Guedes chegou a afirmar a interlocutores que o BIP seria o substituto do auxílio emergencial, mas depois recuou.

A medida seria uma maneira de complementar os ganhos de pessoas mais pobres. Como forma de formalizar trabalhadores, o governo se comprometeria a complementar essas remunerações.

O sistema também depende de uma fonte de financiamento. Além disso, os repasses seriam contabilizados no teto de gastos, que não tem espaço.

Dólar recua 1,37%, para R\$ 5,60, menor cotação em duas semanas

O recuo veio na esteira da fraqueza global da moeda americana em meio à busca por risco na esteirada melhora das perspectivas para a economia mundial. A taxa de câmbio também foi influenciada pela expectativa de que o presidente Jair Bolsonaro vetará parcialmente o texto do Orçamento de 2021. a Bolsa de Valores brasileira encerrou a sessão desta terça (6) praticamente estável (-0,01%), aos 117.498 pontos.

Benefício emergencial (BEm)

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>
89

O que é

Programa que autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário de trabalhadores, com compensação parcial paga pelo governo às pessoas afetadas

Situação

Sem Orçamento, relançamento do programa atrasou. Equipe econômica chegou a avaliar programa com menor custo, cortando gastos do seguro-desemprego, mas ideia foi barrada por Bolsonaro. Agora, medida deve ser editada com despesa fora do teto de gastos.

Para isso, governo precisa flexibilizar a LDO (lei de diretrizes orçamentárias)

Como deve funcionar

Patrão e empregado deverão negociar acordo

Medida deve valer por até quatro meses

Nesse período, trabalhador recebe compensação pela perda de renda

Cálculo depende do percentual do corte de jornada e valor que trabalhador tem direito atualmente com o seguro-desemprego

Se o corte de jornada for de 50%, a compensação será metade da parcela de seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido

Gastos devem ser de R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões, mas podem chegar a R\$ 10 bilhões

Estimativa inicial é que 4 milhões de trabalhadores recebam o benefício

Como foi em 2020

Regras do ano passado devem ser novamente adotadas em 2021

Funcionou de abril até dezembro

9,849 milhões de trabalhadores receberam o benefício; estimativa inicial era de 24,5 milhões

1,464 milhão de empresas participaram

R\$ 34,3 bilhões era o gasto previsto; valor gasto foi de R\$ 33,5 bilhões

Site:

Menos gente na UTI, mais no cemitério (2)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Há menos internados, mas Covid está mais letal, assim como o governo e cúmplices

Em São Paulo, no estado e na cidade, o número de interna doseem UTIs de Covid praticamente parou de aumentar. Ficou estável no pico do horror, por ora. Mas o monte de cadáveres ainda não tem limite.

A doença agora parece muito mais letal, cresce sem parar no país quase inteiro. Com tamanha disseminação do vírus, a próxima onda talvez seja a de criação de variantes que vençam as vacinas que existem, mas nem chegam ao país em número bastante. Seria a epidemia sem fim.

Enquanto isso, o que foi feito do "pacto", do "comitê nacional" contra a Covid, a farsa funérea encomendada por Jair Bolsonaro a fim de desviar a atenção de seus crimes? O capitão da extrema direita continua afazer campanha contra medidas de controle da doença, desde o dia do "pacto".

O novo ministro da Justiça tomou posse fazendo uma saudação à bandeira da morte bolsonarista. Disse que, "neste momento, a força da segurança pública tem que se fazer presente garantindo a todos um ir e vir sereno e pacífico" e "precisamos trazer de volta a economia deste país, precisa colocar as pessoas para trabalhar"

Nesta terça feira (6), a Câmara passou o dia discutindo o projeto fura-fila dos empresários bolsonaristas, que pretendem comprar vacinas para suas empresas, alguns querendo que o governo pague por isso, por meio de desconto de **impostos**.

Cadê um conselho nacional de especialistas variados que elaborassem uma estratégia nacional de combate à epidemia? Cadê o acordo nacional de cooperação federativa para lidar com o vírus (União, estados, municípios)? Não tem. Era tudo farsa. O comando do Congresso é cúmplice.

No salve-se quem puder, se multiplicam as medidas judiciais de associações profissionais, de empresas, de sindicatos etc. com o objetivo de comprar vacinas para si, o que desorganiza o plano nacional de prioridades (aliás, já avacalhado) ou um método qualquer de usara vacina escassa do modo mais

eficaz.

Ainda mais escandaloso, a insinuação de que empresas possam comprar e trazer vacinas em menos de um mês mostra que o governo é ainda mais inepto e criminoso do que já sabemos ou também que empresários querem passar a perna no público. Se sabem onde arrumar vacinas, por que não contam?

Como não há governo, não pode haver confiança em governança da epidemia ou em qualquer outra política. O país não terá Censo, o que desorganiza o sistema de estatísticas e planejamento. O país não tem Orçamento. Essa coisa que foi aprovada com esse nome, "Orçamento", é um arranjo mutante entre centrão e governo, instrumento para facilitar a reeleição de parlamentares e presidente, com uma cláusula implícita de que Bolsonaro não será processado por mais um crime de responsabilidade, agora fiscal.

A epidemia parece mais mortífera, para voltar ao assunto principal. A desaceleração do número de internações em UTI pode ainda ser uma esperança de que, a seguir, o morticínio também perca velocidade. Ainda não foi o que se viu, como no caso de São Paulo. Ao contrário. A desaceleração nas UTIs é uma tendência desde 021 de março. Mas o número de mortes em relação ao total de internados em terapia intensiva é, desde a se mana final de março, o maior em toda a epidemia, em alguns dias o dobro da média que se viu até fevereiro deste ano. O vírus parece matar mais, mas nem sabemos bem o motivo.

Bolsonaro trata de se imunizar. Faz o acordo com o centrão, agora tenta refazer pontes com empresários - vai tentar jantá-los nesta quarta-feira (7), quando ouvirá de alguns o lobby pela vacinação privada. "Um país normal."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49489>

20 brasileiros entram na lista de bilionários da Forbes

Bruna Narcizo são paulo

Apesar da pandemia, 20 brasileiros entraram para o ranking de bilionários da Forbes, divulgado nesta terça (6). Com os novos nomes, o total de super-ricos do país na lista subiu para 65. Juntos, eles somam um patrimônio total de US\$ 219 bilhões (R\$ 1,225 trilhão), ante US\$ 121 bilhões (R\$ 710 bilhões) no ano passado.

Neste ano, a Forbes norte-americana considerou o país de domicílio dos bilionários, em vez da nacionalidade. Segundo esse critério, nomes como Jorge Paulo Lemann e Eduardo Saverin foram excluídos pela publicação do rol de brasileiros, por morarem fora do país. Assim como a versão brasileira da revista, a Folha considera a nacionalidade.

O brasileiro mais rico do ranking é justamente Lemann e família, com US\$ 16,9 bilhões. Na lista global, o empresário ocupa o 114o lugar -avanço de 15 posições em relação à versão anterior da lista

Lemann ganhou a dianteira após a morte de Joseph Safra, no ano passado. Os filhos do banqueiro - Jacob, David, Alberto e Esther Safra-, que herdaram a fortuna do pai, estrearam no ranking neste ano e ocupam, juntos, a posição 358, com patrimônio estimado em US\$ 7,1 bilhões (R\$ 39,7 bilhões).

A viúva de Joseph, Vieky Safra, também está na lista, com uma fortuna estimada em US\$ 7,4 bilhões (R\$ 41,3 bilhões).

Outros novatos deste ano são David Vélez, cofundador do Nubank, com US\$ 5,2 bilhões (R\$ 29 bilhões) e o 539o lugar da lista geral, Guilherme Benchimol, fundador da XP, com patrimônio estimado em US\$ 2,6 bilhões (R\$ 14,5 bilhões), e André Street e Eduardo de Pontes, cofundadores da processadora de pagamentos Stone, com US\$ 2,5 bilhões (R\$ 13,9 bilhões) e US\$ 2,4 bilhões (R\$ 13,4 bilhões), respectivamente.

Entre os novos integrantes brasileiros também estão Fabrício Garcia e Flavia Bittar Garcia Faleiros, com US\$ 2,1 bilhões (R\$ 11,7 bilhões) cada um, Fernando Trajano, com US\$ 1,5 bilhão (R\$ 8,3 bilhões), e Giseli Trajano, com US\$ 1,4 bilhão (R\$ 7,8 bilhões) -todos herdeiros do Magazine Luiza.

Outros dez nomes voltaram a figurar na lista. É o caso de Rubens MeninTeixeira, da MRV, com US\$ 2,2 bilhões (R\$ 12,3 bilhões), e Jorge Pinheiro Koren de Lima, fundador da Hapvida, e seu filho, Cândido, com US\$ 1,8 bilhão (R\$ 10 bilhões) cada um.

No mundo inteiro, a lista conta com 2.755 pessoas, 660 a mais do que o registrado no ano passado. Ao todo, as fortunas chegam a US\$ 13 trilhões (R\$ 72,7 trilhões), muito acima dos US\$ 8 trilhões (R\$ 44,7 trilhões) registrados em 2020.

A Forbes afirma que outro recorde é o número de recém-chegados. A estimativa da publicação é que haja um novo bilionário a cada 17 horas.

Jeff Bezos, da Amazon, é a pessoa mais rica do mundo pelo quarto ano consecutivo, com uma fortuna estimada em US\$ 177 bilhões (R\$ 990 bilhões). Elon Musk, da Tesla, ocupa o segundo lugar, com uma fortuna de US\$ 151 bilhões (R\$ 844,5). No ano passado, Musk estava na 31o posição, com patrimônio de US\$ 24,6 bilhões (R\$ 137,5 bilhões).

O terceiro lugar é de Bernard Arnault, da LVMH, conglomerado que inclui marcas como Louis Vuitton, Christian Dior e a varejista de cosméticos Sephora, com US\$ 150 bilhões (R\$ 839 bilhões).

NY elevará tributo para quem ganha US\$1 milhão ao ano

O governador Andrew Cuomo e os líderes do Legislativo do estado de Nova York estão perto de um acordo orçamentário que levaria os milionários da cidade de Nova York a pagar o imposto de renda pessoal mais alto dos EUA, como consequência econômica direta da pandemia. Cuomo vinha resistindo a esse tipo de proposta havia anos, argumentando que aumentar **impostos**, especialmente sobre os mais ricos, levaria o estado a perder negócios. Mas o déficit na arrecadação causado pelo corona viras-combinado à força crescente da ala progressista do Legislativo e à perda de influência do governador- criou ímpeto repentinamente para a aprovação.

Tradução de Paulo Migliacci

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

89



Os maiores bilionários da lista da Forbes de 2021



1 Jeff Bezos (Amazon)
US\$ 177 bilhões



6 Warren Buffett (Berkshire Hathaway)
US\$ 96 bilhões



2 Elon Musk (Tesla e SpaceX)
US\$ 151 bilhões



7 Larry Ellison (Oracle)
US\$ 93 bilhões



3 Bernard Arnault (LVMH)
US\$ 150 bilhões



8 Larry Page (Google)
US\$ 91,5 bilhões



4 Bill Gates (Microsoft)
US\$ 124 bilhões



9 Sergey Brin (Google)
US\$ 89 bilhões



5 Mark Zuckerberg (Facebook)
US\$ 97 bilhões



10 Mukesh Ambani (Reliance Industries)
US\$ 84,5 bilhões

TOP 5 BRASILEIROS



114 Jorge Paulo Lemann e família (AB InBev)
US\$ 16,9 bilhões



140 Eduardo Saverin (Facebook)
US\$ 14,6 bilhões



194 Jorge Moll Filho e família (Rede D'Or)
US\$ 11,3 bilhões



191 Marcel Hermann Telles (AB InBev)
US\$ 11,5 bilhões



274 Carlos Alberto Sicupira e família (AB InBev)
US\$ 8,7 bilhões

Nova onda 'lança maior incerteza', diz Guedes

Fabio Graner, Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta, Assis Moreira

Em discurso enviado ao Fundo Monetário Internacional, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que a nova onda de covid-19 "lança maior incerteza e estresse acima do normal" para a economia brasileira, mas acrescentou que o cenário é de retomada.

Guedes destacou a resposta coordenada do governo brasileiro no combate aos efeitos econômicos da pandemia no ano passado e disse ter um "bom presságio para uma retomada rápida na atividade econômica à medida que as restrições impostas pela pandemia se dissipam".

Segundo ele, a escala e força da política das respostas das economias de mercado avançadas e emergentes indicaram uma reversão da brusca desaceleração que se seguiu ao choque do segundo trimestre de 2020. "Estímulos fiscais adicionais nas principais economias avançadas e o progresso da vacinação sugerem um crescimento global mais forte em 2021 do que o inicialmente esperado", acrescentou. O FMI elevou a projeção de crescimento para o Brasil neste ano.

No discurso, Guedes diz ainda que "o acesso equitativo às vacinas para promover uma vacinação rápida e mundial é o investimento de maior retorno globalmente". Ele faz um apelo aos setores público e privado, assim como às organizações multilaterais e à cooperação bilateral, "para ajudar a preencher as lacunas de financiamento e distribuição, inclusive incentivando a transferência de tecnologia e o licenciamento voluntário de propriedade intelectual".

Em evento virtual promovido ontem pelo Itaú, Guedes também buscou destacar o otimismo em relação à economia, apesar do recrudescimento da pandemia. Segundo ele, o governo se volta novamente às medidas emergenciais de combate à crise, mas o esforço é para aliar preservação da saúde com responsabilidade fiscal.

O auxílio emergencial foi retomado nesta semana e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) deve ser lançado "a qualquer momento", afirmou Guedes, sem dar detalhes.

Impostos do Simples Nacional foram diferidos e outras medidas devem ser tomadas, como a antecipação do 13- de aposentados e a retomada do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Enquanto vigora a nova rodada do auxílio emergencial, o governo trabalha em um novo programa social e em iniciativas voltadas aos trabalhadores informais, explicou. Ele reforçou a ideia de fazer a "aterrissagem" do auxílio em um programa de renda básica que seja fiscalmente sustentável e focado.

A proposta do governo sempre foi de "remover gradualmente" as camadas de proteção, disse, e o ministro da Cidadania, João Roma, está trabalhando no futuro programa social. No ano passado, a equipe econômica tentou avançar com o Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família, mas a ideia não saiu do papel.

Para os trabalhadores informais, chamados de invisíveis, são pensados programas específicos, como a carteira verde e amarela, afirmou. O ministro destacou que o cadastro do auxílio emergencial permitiu ao governo identificar esses trabalhadores, o que facilita a formulação das políticas.

Segundo Guedes, a ideia é ajudar essa parcela da população a conseguir emprego e criar um "bônus de inclusão produtiva". "Não é só inclusão social, mas inclusão social produtiva", disse, citando a proposta de um Imposto de Renda negativo. A ideia deve entrar em funcionamento "em breve", segundo o ministro.

No discurso enviado ao FMI, Guedes também fez referência ao processo de alta dos juros iniciado pelo Banco Central. "O BC elevou a taxa básica de juros para garantir que a **inflação** e as expectativas sigam dentro da meta para o horizonte relevante para a política monetária. Mesmo com o recente aumento da taxa de juros, a política monetária permanece muito acomodaticia", disse. Além disso, "o setor financeiro, que estava muito bem posicionado quando a crise estourou, tem mostrado notável resiliência".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Não cabe mais drible ao arcabouço fiscal (2)



Caio Megale

Em 2016 fui convidado para assumir a Secretaria da Fazenda do município de São Paulo. Na transição, recebi o telefonema de influente vereador da base do (futuro) governo. Era para tratar da Lei Orçamentária, que estava em vias de aprovação na Câmara naquele momento.

A demanda do parlamentar era cortarmos R\$ 200 milhões do orçamento da coleta de lixo e varrição, e destinar o valor para irrigar pequenas obras pela cidade. Não entendi. O orçamento da coleta de lixo e varrição era o valor estabelecido em contrato, empresas concessionárias faziam o serviço por 12 meses. Retruquei que não era possível: além da questão contratual, a cidade ficaria sem coleta de lixo por um ou dois meses. Seria o caos.

Ele me tranquilizou: "Não se preocupe, você corrige isso ao longo do ano". Ele queria dizer: nós precisamos mostrar aos nossos eleitores que faremos as obras. Ao longo do ano, você corta (e se indispõe com parlamentares e com a sociedade) ou arruma outro lugar para cortar. Entendi ali que o orçamento era uma peça de ficção política.

Esta prática do orçamento municipal também apareceu no governo federal. A Lei Orçamentária de 2021 foi aprovada com um buraco de R\$ 32 bilhões nas despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos, segundo a IFI. Como o teto é fixo, as despesas

discricionárias - emendas e funcionamento da máquina pública - estão infladas neste valor.

Além dos problemas para a execução do orçamento de 2021, o que preocupa é a recorrente busca por alternativas para driblar o arcabouço fiscal. Nos últimos seis meses, foram três tentativas ostensivas: postergar o pagamento de precatórios (setembro do ano passado), retirar o programa Bolsa Família do teto de gastos (tramitação da PEC Emergencial) e agora espremendo artificialmente despesas obrigatórias no orçamento.

O pano de fundo é a dificuldade histórica que temos em discutir a pertinência dos gastos públicos, buscando sempre a saída mais fácil de aumentar **impostos** ou a dívida pública. E não se trata de gastos para combater a pandemia. Esses terão que ser feitos, pelo tempo necessário, e em boa parte já foram garantidos (R\$ 44 bilhões para auxílio emergencial, R\$ 20 bilhões para vacinas). A preocupação aqui é a gestão do longo prazo. A maior parte do desequilíbrio do orçamento não guarda relação com os gastos da pandemia.

Até o advento do teto, em 2016, os gastos públicos cresceram mais do que o **PIB**. A maior parte aconteceu em gastos obrigatórios, de difícil reversão. As despesas com pessoal civil da ativa aumentou 145% entre 2008 e 2019, muito além do **PIB** e da **inflação**. Entre 2003 e 2010, a quantidade de planos e carreiras na administração federal escalou de 40 para 150. Esta inchada dos quadros funcionais estáveis pressiona o orçamento público por 60 anos(!), prazo médio entre salários da ativa, aposentadoria e pensão (Fonte SGP/ME).

Nos anos 70 e 80, o financiamento deste gasto crescente era fundamentalmente inflacionário. Com o fim da hiperinflação, o financiamento passou a ser com aumento de arrecadação, que escalou de 25% do **PIB** em 1996 para 32% em 2002; aumento da dívida pública, de 55% do **PIB** em 2006 para 76% em 2019; privatizações, especialmente da década de 1990; e fatores conjunturais, como o crescimento acelerado do **PIB** entre 2004 e 2010, resultado das reformas dos anos 90, da boa gestão econômica do início do governo Lula, do bônus demográfico e da alta dos preços das commodities gerada pela entrada da China na OMC em 2001.

Agora não há mais espaço para nenhuma destas direções. A pouca munção fiscal que nos restava foi

gasta em 2020, durante a pandemia. A pandemia segue descontrolada e temos hoje uma das maiores relações dívida/PIB no mundo emergente.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

O teto de gastos foi um convite à sociedade para discutir a pertinência de seus gastos. Avançamos nesse sentido, com a reforma da previdência, o pente fino em algumas despesas como o auxílio doença e, mais recentemente, com um freio no aumento de salários de servidores.

Mas ainda não parece suficiente. Os gastos discricionários seguem sendo comprimidos, limitando a capacidade do governo expandir boas políticas públicas. Agora que estas despesas chegaram "no osso", começam a pipocar estratégias para driblar o teto.

Ao negligenciarmos o risco fiscal e buscar saídas para driblar os limites legais, estamos sinalizando que não há disposição de controlarmos os gastos. As consequências já são sentidas. Enquanto a taxa de câmbio nos vizinhos Chile, México e Colômbia estão perto do patamar pré-crise, nós seguimos 45% mais depreciados. A inflação acelerou mais do que no resto do mundo, nos obrigando a entrar no "seleto" grupo de países que estão subindo os juros em meio à recessão econômica, junto com Turquia e Rússia.

A alta dos juros revela uma realidade dura, mas não surpreendente: não somos os EUA ou o Japão para convivermos bem com dívida alta. Segundo o Banco Central, cada 1 ponto percentual na taxa Selic representa um aumento de R\$ 31 bilhões por ano em serviço da dívida. Se chegarmos aos 6% esperado pelo Focus, em 2022 serão R\$ 124 bilhões a mais por ano: quase quatro anos de Bolsa Família!

Se não sinalizarmos compromisso com o reequilíbrio das contas, esse problema só vai se agravar. No pós-pandemia, a demanda por gastos sociais será enorme. Se não discutirmos a pertinência dos 97% de gastos obrigatórios que engessam o orçamento, vamos flertar com aumento significativo de carga tributária (para além do imposto sobre fortunas, que tem capacidade limitada de arrecadação) ou financiamento inflacionário, por meio da emissão de moeda.

Ambos caminhos pesam sobre a perspectiva de investimento e o potencial de crescimento do Brasil, que já é baixo. E o crescimento baixo também dificulta a solução da crise fiscal. Gastar mais não é a solução para o país prosperar. A esperança é que a crise atual nos leve ao caminho alternativo, de racionalizar as despesas e ampliar as reformas. As notícias recentes, contudo, não são animadoras.

Caio Megale é economista-chefe da XP.

Guedes pede ao FMI ajuda com vacinação

ROSANA HESSELMARINA BARBOSA

Diante do agravamento da pandemia da covid-19 no Brasil, que figura no epicentro global dos contágios e de mortes, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou, mais uma vez, reforçar a necessidade de acelerar a vacinação contra o novo coronavírus, apesar de o presidente Jair Bolsonaro ainda não ser tão enfático nessa questão.

Ontem, o chefe da equipe econômica defendeu a "cooperação internacional" no financiamento e na distribuição da vacina para integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), em um visível esforço para melhorar a imagem do país - que enfrenta sérias dificuldades em avançar na imunização.

"A cooperação internacional é fundamental para garantir que as vacinas se tornem adequadamente disponíveis em cada país. Apelamos aos setores público e privado, bem como às organizações multilaterais e à cooperação bilateral para ajudar a preencher as lacunas de financiamento e distribuição, inclusive incentivando transferência de tecnologia e licenciamento voluntário de propriedade intelectual", escreveu Guedes, em documento em que ele se apresenta liderando o grupo composto por Brasil, Cabo Verde, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Timor-Leste e Trinidad Tobago.

"Embora haja motivos para otimismo cauteloso, a recuperação tem sido desigual e sujeita a alta incerteza. Dito isso, vemos os países melhorando em ritmos diferentes", complementou o ministro. A declaração do chefe da equipe econômica antecede o encontro de primavera (no Hemisfério Norte) do FMI que ocorre durante esta semana. Guedes participa da reunião ministerial do Comitê Monetário e Financeiro Internacional dos representantes dos países membros nesta quarta-feira (8).

Apesar do apelo de Paulo Guedes por uma cooperação internacional em favor das vacinas, o Brasil resiste a medidas que poderiam contribuir para a causa. O governo brasileiro é contrário à quebra temporária de patentes de vacinas, assunto em debate na Organização Mundial do Comércio. Ontem, em pronunciamento, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu que o Brasil mude de posição. Ele classificou como um absurdo que mais de 100 países pobres ainda não tenham começado a vacinação e criticou os que veem a produção de vacinas como uma questão apenas

comercial e visando ao lucro.

"A chamada quebra de patentes ou licença temporária é uma solução viável, ou seja, a fórmula, a receita, para se produzir a vacina se tornaria pública, um bem público da humanidade e dessa maneira, os laboratórios dos países pobres e em desenvolvimento poderiam também produzir, como é o caso do Brasil", ressaltou.

Paim afirmou que, de acordo com especialistas, o Brasil poderia começar a produzir as vacinas em um prazo de 90 dias, se fosse aprovada a licença temporária. Assim, além de ter condições de vacinar toda a população a um custo bem menor, o país ainda poderia fornecer vacinas a outras nações.

Novas projeçõesA carta de Paulo Guedes foi divulgada pouco depois de o FMI apresentar as novas projeções para a economia mundial. O relatório Panorama Econômico Global aponta recuperações divergentes da crise provocada pela pandemia em 2020 e ainda destaca a vacinação como enorme desafio à frente. O organismo multilateral elevou de 5,5% para 6%, a previsão do Produto Interno Bruto (**PIB**) global de 2021. O Brasil, que está mais atrasado na vacinação contra a covid-19, deve registrar um **PIB** de 3,7%, abaixo da média global e da América Latina, de 4,6%. Ao comentar sobre o Brasil, a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, reconheceu que os estímulos fiscais do governo ajudaram a reduzir a queda do **PIB** brasileiro em 2020, e que, neste ano, o país poderá aproveitar a recuperação melhor da economia global. No entanto ela sublinhou que a vacinação em massa será fundamental para o país voltar a crescer de forma mais robusta. "A prioridade número um do Brasil é uma vacinação em ritmo mais acelerado do que a que temos visto no momento atual", frisou Gopinath.

Na carta ao FMI, o chefe da equipe econômica brasileira reconheceu a diferença no ritmo global de recuperação econômica, sobretudo, ao avanço desigual da vacinação contra a covid-19. "Diferentes ritmos de implantação de vacinas aumentam as assimetrias entre países em desenvolvimento, especialmente de baixa renda, enfrentando maiores desafios", escreveu. Por conta disso, Guedes defendeu que o "acesso equitativo às vacinas é o investimento de maior retorno global". "A disponibilidade e o ritmo da vacinação são um fator-chave para acelerar a recuperação e, portanto, o reequilíbrio fiscal", reforçou.

Para Guedes, o espaço remanescente para uso da política fiscal, os recursos estruturais e as novas variantes da covid-19 também têm afetado o ritmo da recuperação econômica pelo globo. Ele afirmou, porém, que países em desenvolvimento que contam com um grande número de trabalhadores informais, como o Brasil, podem acelerar esse crescimento, já que "a flexibilidade nesses setores pode levar a uma resposta mais forte". O ministro da Economia defende a vacinação dos trabalhadores informais brasileiros nos próximos três ou quatro meses, isto é, ao mesmo tempo em que esses trabalhadores recebem o novo auxílio emergencial, que começou a ser pago nesta semana. Para ele, a imunização em massa vai permitir o "retorno seguro ao trabalho" e, assim, a recuperação da economia brasileira. Em evento para investidores estrangeiros organizado pelo Itaú Unibanco, Guedes afirmou, ontem, que, neste ano, a pandemia de covid-19 terá um impacto "menor e mais curto" na atividade econômica do Brasil que no ano passado. No mesmo evento, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto reforçou, por sua vez, que a vacinação contra a covid-19 vai trazer "boas notícias" para a economia brasileira no segundo semestre.

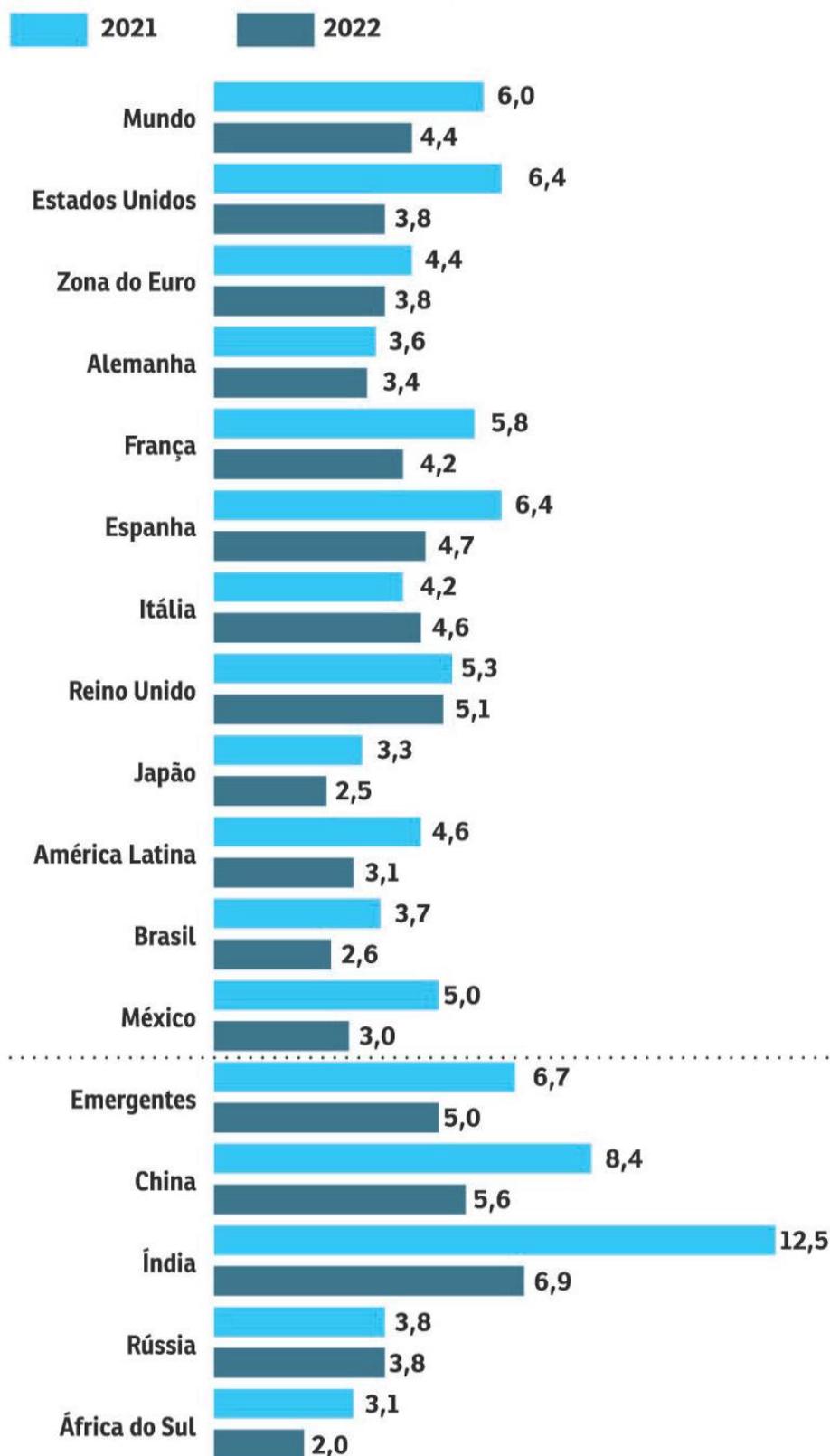
"O que precisamos fazer é ter mais vacina e vacinar o mais rápido que podemos. Vacinando um milhão de pessoas por dia, o impacto na economia é enorme. As simulações mostram isso. Então, todo o esforço tem que estar nessa direção", defendeu. Campos Neto acredita em retomada da atividade a partir do segundo semestre.

Senado aprova prorrogação do IRO Senado aprovou, ontem, projeto de lei que prorroga o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda para Pessoa Física até 31 de julho. Como houve alterações, a proposta voltará para a Câmara dos Deputados antes de ser encaminhada à sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro. O Planalto avalia vetar a prorrogação em razão do impacto na arrecadação fiscal. Como o pagamento do imposto pelos contribuintes poderá ser feito em até oito parcelas, as três primeiras cotas que venceriam em abril, maio e junho seriam prorrogadas para julho, agosto e setembro. Segundo o Ministério da Economia, a mudança adiaria o fluxo de arrecadação em R\$ 13,2 bilhões e pode afetar o cronograma das restituições. A proposta original aprovada na Câmara adia o pagamento das duas últimas parcelas de quem tem imposto a pagar para janeiro e fevereiro de 2022, tirando R\$ 2,6 bilhões da arrecadação prevista para este ano e adiando essa receita para o ano que vem. Nesse ponto, o relator do projeto no Senado, Plínio Valério (PSDB-AM), concordou em mexer, reduzindo de oito para seis parcelas e deixando todo o pagamento dentro de 2021. Ele manteve, porém, a

prorrogação da declaração. "Procurei fazer o que é bom para a população e que não seja ruim para a União", disse.

Retomada desigual

Veja as novas projeções do FMI para as principais economias



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Emergência social (3)

A nova e reduzida versão do auxílio emergencial começa enfim a ser paga, em meio às incertezas do pior momento da pandemia de Covid-19 no país. Após um hiato de três meses, o benefício encontra o país em situação social dramática.

Em tese, a atividade econômica retornou no início deste ano aos níveis pré-crise. O índice do Banco Central que considera a produção de indústria, serviços e agropecuária (IBC-Br) marcou em janeiro último uma cifra semelhante à de fevereiro de 2020, descontadas variações sazonais.

Entretanto essa recuperação não se estende ao cotidiano das famílias. No trimestre encerrado em janeiro, segundo a pesquisa do IBGE, a taxa de desemprego foi de ainda elevadíssimos 14,2%, o que significa 3 pontos percentuais acima do medido 12 meses antes.

São 14,3 milhões de trabalhadores que não conseguem ocupação, além de 5,9 milhões de desalentados (que desistiram de procurar vagas) e 6,8 milhões de subocupados (com insuficiência de horas trabalhadas). Os números estão entre os piores da série histórica iniciada em 2012, superando os da recessão de 2014-16.

É provável, ademais, que o cenário tenha se agravado desde então, assim como os números da tragédia da pandemia -que forçaram o endurecimento de restrições à circulação e minaram a confiança de empresários e consumidores.

Há mais: os preços dos alimentos que fazem parte da cesta do IPCA subiram 16,2% nos últimos 12 meses, enquanto a massa de rendimentos reais do trabalho mostrou um recuo anual de 6,9%.

Tudo considerado, parece evidente que o país vive um momento de alta da pobreza e até da fome, como já indicam pesquisas e levantamentos extraoficiais.

O auxílio emergencial pago em 2020 sem dúvida evitou uma recessão mais profunda e um colapso social, mas o desembolso na casa dos R\$ 300 bilhões beneficiou estratos que dele não necessitavam -ou não necessitavam de todo o valor pago-e não poderia ser repetido sem um impacto devastador na dívida pública.

O governo Jair Bolsonaro jogou fora a chance de renovar o programa de modo mais planejado e

sustentável do ponto de vista financeiro. Haveria dinheiro a ser remanejado no Orçamento para tal finalidade, mas prevaleceram a inoperância do Executivo e o oportunismo imediatista do Congresso.

Não há segurança de que o auxílio médio de R\$ 250, a ser pago ao longo de quatro meses a um contingente estimado em 45,6 milhões de pessoas, vá evitar a contento um agravamento do drama vivido pelas famílias vulneráveis. Em qualquer hipótese, a experiência precisa ser aproveitada para o aperfeiçoamento das políticas de combate à pobreza e à desigualdade..

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49489>

Ministério Público pede alerta sobre crime de responsabilidade

Thiago Resende e Fábio Pupo Brasília

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu que o órgão de controle emita um alerta preventivo de que a sanção do Orçamento de 2021 poderia levar o presidente Jair Bolsonaro a responder por crime de responsabilidade.

O aviso seria encaminhado à PGR (Procuradoria-Geral da República) e ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na representação, o Ministério Público pede também para que seja apurada a responsabilidade da equipe econômica pela formulação do Orçamento com os problemas constatados.

O documento foi apresentado pelo subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado, na segunda-feira (5) à presidente do TCU, Ana Arraes. Procurado, o Ministério da Economia disse que o pedido do MP ainda será analisado pelo TCU, que poderá pedir informações técnicas à pasta. Declarou ainda que, até o momento, não recebeu qualquer notificação do TCU sobre o tema.

Para Furtado, o presidente poderia cometer tanto crime de responsabilidade como crime comum previsto no Código Penal.

"A sanção do presidente da República ao projeto de lei orçamentária de 2021 pode incorrer, em tese, em crime de responsabilidade previsto na lei nº 1079/1950, art. 10, item 4 (infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária)" afirma Furtado.

Além da sanção, a execução de despesas com base em uma lei orçamentária que atente contra as regras constitucionais e sancionada pelo presidente da República mesmo havendo ciência da irregularidade "pode consubstanciar também, em tese, crime comum tipificado no 359-D do Código Penal (ordenação de despesa não autorizada)".

Furtado pede que as responsabilidades da equipe econômica durante a formulação do Orçamento de 2021 também sejam investigadas, considerando que o time do ministro Paulo Guedes (Economia) participou das discussões sobre o texto.

"Tendo em vista que a elaboração do Orçamento e sua tramitação no Legislativo tem a participação ativa e contínua da equipe econômica, cumpre também, a meu ver, apurar responsabilidades da área técnica do Ministério da Economia que eventualmente contribuíram para culminar na aprovação de um projeto de lei orçamentária com as irregularidades narradas", afirma.

O Ministério da Economia deixou de considerar os números corretos da **inflação** no Orçamento de 2021. A proposta enviada ao Congresso em setembro considerava 2,09% para o IN PC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), que baseia o reajuste de despesas como aposentadorias e pensões.

O INPC fechou 2020 em 4,52%, conforme divulgação do IBGE em 12 de janeiro de 2021, o que elevou o volume de recursos demandados, inclusive para despesas da Previdência, que estão subestimadas na proposta que aguarda a sanção.

A primeira proposta de Orçamento foi enviada ao Congresso em agosto de 2020. O governo poderia enviar uma mensagem modificativa ao Congresso depois disso para "corrigir" o percentual antes da votação, como já foi feito em anos anteriores, mas não o fez.

Com isso, o Orçamento já nascia com uma necessidade total de R\$ 17,5 bilhões em cortes de despesas para haver cumprimento do teto de gastos. Esse buraco foi ampliado para um patamar que pode ficar próximo de R\$ 40 bilhões depois que congressistas decidiram reduzir ainda mais a verba para gastos obrigatórios, como Previdência e seguro-desemprego.

O desenho final deixou o Orçamento sem recursos suficientes para despesas obrigatórias, que são demandadas por leis ou pela Constituição. Por isso, Bolsonaro ficou diante de um impasse jurídico para a sanção -que, no limite, pode gerar uma acusação de crime de responsabilidade.

Na semana passada, um relatório da Consultoria de Orçamento da Câmara já havia apontado falhas cometidas pelo governo e pelo Congresso no processo de elaboração da proposta orçamentária.

Explicações não foram boas o bastante e geraram risco fiscal, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, criticou o impasse em torno do Orçamento de 2021, que foi aprovado pelo Congresso, mas ainda aguarda sanção. o titular do BC afirmou, em evento virtual do Itaú, que a falta de clareza sobre os gastos do governo com a pandemia gerou ruídos e elevou o risco fiscal. "Provavelmente a explicação sobre o Orçamento não foi boa o bastante e criou muita incerteza em algo que as pessoas esperavam ver em um formato mais simples e claro. Acho que o ministro Paulo Guedes explicou [depois], A circunstância em torno disso gerou algum prêmio de risco [fiscal]", disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

89

Fintechs de previdência privada devem crescer com pandemia

Isabela Bolzani são paulo

A maior digitalização do sistema financeiro trazida pela pandemia de coronavírus e a adesão ainda baixa a planos de **previdência complementar** tendem a impulsionar a chegada das chamadas prevtechs - fintechs voltadas para a previdência privada.

Como toda fintech, a expectativa é que essas iniciativas ganhem espaço ao atenderem lacunas específicas que muitas vezes são deixadas de lado pelas companhias mais tradicionais.

Segundo Antonio Rocha, presidente da Onze, gestora de investimentos focada em fundos de previdência privada, além do maior foco no digital impulsionado pela atual conjuntura, as mudanças trazidas pela reforma da Previdência em 2019 e a maior preocupação de pessoas com a formação de uma reserva de capital também abriram espaço para o surgimento de iniciativas mais focadas no setor.

"Esse é um ciclo relativamente novo, mas que tem um foco importante tanto na gestão do capital como na disseminação da educação financeira e do conceito de previdência privada. Além disso, a pegada é trazer taxas menores e melhores fundos de previdência para o mercado", afirmou Rocha.

Para o presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**), Luís Ricardo Martins, apesar de a reinvenção do setor para um ambiente mais tecnológico exigir grandes doses de planejamento e investimentos, o movimento já começou e tende a se intensificar ao longo dos próximos anos.

"Já vemos a população querendo se planejar para o futuro, buscando taxas menores, consultores nas estratégias de investimentos de previdência. Esse é o caminho no qual a gente vem trabalhando", afirmou.

As discussões acerca de taxas mais acessíveis e um leque mais amplo de opções, no entanto, não são de hoje. Mesmo entre empresas mais tradicionais são raras as que impõem taxas de carregamento (que incidem sobre o investimento em momentos específicos).

Os últimos dados da associação apontam que os

ativos dos fundos de pensão ultrapassaram a marca de R\$ 1 trilhão em novembro do ano passado, representado cerca de 13,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro.

As carteiras dos fundos de pensão também tiveram o melhor retorno anual, alcançando a rentabilidade de 4,51% no mês. Além disso, as entidades fechadas de **previdência complementar** -denominação oficial dos fundos de pensão- tiveram o maior superávit desde 2015, com R\$ 26,6 bilhões.

O crescente interesse dos brasileiros em poupar e investir também acaba refletindo nos planos para aposentadoria futura e, conseqüentemente, esquentam o mercado de fintechs para o segmento.

De acordo com o diretor da ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs), Renan Schaefer, apesar de o conceito de prevtech ser relativamente novo, já há diversas fintechs que englobam a **previdência complementar** em suas atuações.

"Temos diversas startups financeiras que abrangem o tema, mas como ainda existe uma complexidade e um desconhecimento considerável pelo assunto, a tendência é que fintechs cada vez mais nichadas apareçam para preencher essas lacunas."

"Esse movimento acaba sendo positivo. Muitas fintechs nascem e crescem dentro de segmentos específicos exatamente porque conseguem atender uma dor muito pontual do sistema financeiro. E há bastante espaço para concorrência", completou Schaefer.

O movimento, segundo os executivos do setor, tende a crescer tanto do lado da previdência aberta (planos voltados para qualquer pessoa que esteja interessada) quanto para a previdência fechada (os fundos de pensão, criados exclusivamente para funcionários de uma empresa ou de uma categoria específica).

Dados da Susep (Superintendência de Seguros Privados) apontam que o segmento de previdência registrou mais de 32 milhões de participantes em janeiro de 2021 -um aumento de 12,2% em relação a igual mês de 2020.

Para Carlos Alberto de Paula, diretor-executivo da

Fena-Previ (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida), o segmento de previdência já demonstrou avanços importantes na agenda de inovação tecnológica, mas ainda tem espaço para avançar.

"O Brasil já deu um salto significativo no que diz respeito à previdência e seguro de vida, mas ainda é um mercado em expansão. Passar pela reforma [da Previdência] foi um passo importante e certamente isso impulsionará o mercado. Tudo é bem-vindo desde que passe pelo crivo dos supervisores e reguladores do mercado", afirmou de Paula.

Muitas fintechs nascem e crescem dentro de segmentos específicos exatamente porque conseguem atender uma dor muito pontual do sistema financeiro. E há bastante espaço para concorrência

Renan

Schaefer

diretor da Associação Brasileira de Fintechs

Startup inicia nova produção de vacinas contra Covid-19

Câmara de descontaminação, pessoal com roupas impermeáveis e sala com atmosfera controlada, toda precaução é pouca para os funcionários do laboratório BioNTech que começaram a produzir a vacina contra a Covid-19 em uma nova fábrica na Alemanha.

Visto de fora, o edifício nos arredores de Marburg parece insignificante. Tudo muda assim que se entra na fábrica, da qual deve sair um bilhão de doses por ano. É a segunda fábrica europeia a produzir a vacina desenvolvida pela BioNTech com a sua parceira Pfizer.

Desde que recebeu autorização da Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) na semana passada, a produção funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

As primeiras doses fabricadas em Marburg por 400 funcionários deverão ser distribuídas no início de abril.

A BioNTech anunciou que pretende produzir neste ano até 2,5 bilhões de doses da vacina, ou seja, 25% a mais do que o planejado originalmente. Junto com a empresa americana Moderna, a aliança Tizer/BioNTech foi a primeira a lançar uma vacina, usando o procedimento pioneiro de RN A mensageiro.

Para Marburg, hospedar a fábrica da empresa alemã faz parte de uma longa história de inovação médica,

lançada em 1890 pelo primeiro prêmio Nobel de Medicina, Emil von Behring, que desenvolveu a vacina contra difteria nessa cidade.

A fábrica da startup fundada pelo casal Özlem Türeci e Ugur Sahin está localizada nas instalações da antiga empresa farmacêutica Berhingwerke, produtora de vacinas. A BioNTech comprou o local no verão passado do grupo farmacêutico suíço Novartis.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49489>

Imunização tem de ser prioridade para o Brasil, diz Fundo Monetário

A prioridade número 1 do Brasil é acelerar o ritmo da vacinação contra a Covid-19, afirmou ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI). A entidade alertou ainda que as perspectivas de longo prazo para a economia do país dependem do rumo da pandemia.

No Panorama Econômico Mundial, divulgado ontem, o Fundo manteve praticamente inalterada a previsão para a economia brasileira em 2021. A estimativa é que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil cresça 3,7% este ano. O relatório de janeiro previa 3,6%. Para 2022, a projeção de expansão foi mantida em 2,6%.

No ano passado, o **PIB** brasileiro tombou 4,1%. Foi a maior queda desde o confisco da poupança no governo Fernando Collor de Melo.

As previsões do FMI são mais otimistas do que as de economistas brasileiros. No último Boletim Focus, divulgado na segunda-feira pelo Banco Central, a expectativa era de crescimento de 3,17% este ano e de 2,33% em 2022.

- A economia deve se recuperar em 2021, mas ainda há desafios pela frente - alertou a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath.

O Fundo prevê ainda que a taxa de desemprego no Brasil atinja 14,5% este ano. Será a maior da América Latina, à exceção da Venezuela, cuja projeção é de 58,4%.

Para a economia mundial, a estimativa do Fundo passou de 5,5% para 6% em 2021, graças ao avanço da vacinação e aos pacotes de estímulo, especialmente nos EUA. Se confirmada, será a maior expansão desde 1976. Para o ano que vem, a projeção passou de 4,2% para 4,4%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo propõe flexibilizar regra do Orçamento para reeditar MP 936

GERALDA DOCA E FERNANDA TRIS OTTO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

coronavírus.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O presidente Jair Bolsonaro enviou ontem ao Congresso uma proposta para flexibilizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e destravar a reedição do programa que autoriza acordos de redução salarial para evitar demissões, que vigorou no ano passado por meio da medida provisória (MP) 936. O projeto também viabiliza a nova rodada do Pronampe, programa de acesso a crédito para pequenas empresas.

A proposta, antecipada pelo GLOBO, permite que os gastos com as medidas não precisem de compensação. De acordo com nota da Secretária-geral da Presidência da República, a mudança não afasta as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não burla o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à **inflação**) e não altera diretamente o Orçamento.

A nova rodada da MP 936 deve custar cerca de R\$ 10 bilhões. O Ministério da Economia já estudava financiar a medida por meio dos chamados créditos extraordinários, que ficam fora do teto de gastos. Mas ainda era necessário apontar como compensar, por exigência da LDO. A mudança precisa do aval do Legislativo.

Caso a ideia vá à frente, os recursos para o programa ficarão fora do teto e também não precisarão ser compensados por uma economia em outra despesa ou aumento de receita, o que abrirá caminho para que a medida saia do papel. O gasto extra ainda terá que caber na meta de resultado primário, o que deve ser possível por meio de uma arrecadação melhor que o inicialmente previsto.

O programa de emprego prevê que empregadores e empregados firmem acordos de redução de jornada e salários ou de suspensão de contrato para evitar demissões. O governo gasta ao compensar parte das perdas sofridas por trabalhadores afetados.

As negociações para destravar a edição de crédito extraordinário ocorrem em meio a pressões de empresários para a renovação da medida, considerada importante por causa do agravamento da pandemia e das medidas de isolamento para conter o

Flávia Arruda diz em posse que momento não é "de desorganizar a economia"

Andréa Jubé, Matheus Schuch, Fabio Murakawa, Marcelo Ribeiro, Fernando Exman e Daniel Rittner

A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, tomou posse ontem fazendo acenos ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao Legislativo. Segundo a deputada licenciada pelo PL do Distrito Federal, que tem mantido articulações com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a cúpula do Congresso, o momento é de "diálogo", "não desorganizar a economia brasileira", "responsabilidade fiscal", e retomada das reformas.

As declarações da ministra ocorreram diante do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que prestigiou a posse junto com outros expoentes do Centrão. A nova articuladora política do Planalto disse que "sob a inspiração e liderança" de Lira, as reformas econômicas continuarão andando.

A pressão da cúpula do Congresso é crescente. Horas depois da posse, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, reuniram-se para tentar avançar no acordo sobre o Orçamento em jantar na residência oficial do Senado.

O Valor apurou que há disposição no Legislativo para que as emendas parlamentares sejam cortadas em R\$ 13,5 bilhões, em vez dos R\$ 10 bilhões já renunciados pelo relator da peça, senador Márcio Bittar (MDB-AC). No entanto, Congresso e a ala política do Executivo cobravam ontem um gesto concreto de Guedes e de seus auxiliares para que o impasse seja definitivamente superado.

Nas últimas horas, Flávia Arruda manteve contato com a cúpula do Congresso e com ministros do Tribunal de Contas da União, como Bruno Dantas e Jorge Oliveira, ex-secretário-geral da Presidência da República e primeiro indicado pelo presidente Jair Bolsonaro a Corte de Contas.

No Planalto, espera-se que ambos ajudem o governo a construir uma saída que possa ser executada pelas áreas técnicas envolvidas. O TCU deve mandar, possivelmente ainda hoje, recomendações que ajudem a superar o impasse.

Ontem Bolsonaro deu posse a Flávia Arruda e a mais cinco ministros: Carlos Alberto França (Relações

Exteriores), Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil), Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública), Braga Netto (Defesa), e André Mendonça (Advocacia-Geral da União).

Ele queria uma cerimônia aberta, mas foi recomendado a evitar eventos com aglomeração em função da escalada da pandemia. Por isso, optou-se por um evento privado, em que cada ministro recebeu o cargo individualmente. Os convidados revezaram-se na sala de audiências no terceiro andar conforme o empossado. Horas depois, o vídeo da solenidade foi divulgado.

Em seu discurso, Bolsonaro afirmou que, "mais importante que o currículo, é a confiança nas pessoas", sobretudo nos momentos difíceis. Logo após empossar Ramos na Casa Civil, o presidente destacou a relação de amizade longa com o auxiliar, exaltou a honestidade do ministro, e disse que ambos, no governo, enfrentam um inimigo desconhecido.

"Nós aprendemos na Academia a guerra convencional, muito pouco sobre a guerrilha. E na guerrilha, a gente não sabe onde está o inimigo", afirmou.

Tendo a crise no Itamaraty como pivô da **reforma ministerial**, o novo chanceler Carlos Alberto França adotou um tom de conciliação e buscou diferenciar-se abertamente do antecessor Ernesto Araújo. França destacou o combate à pandemia e o enfrentamento das mudanças climáticas como desafios urgentes, e disse que atuará como um "construtor de pontes".

Escolhido em meio à crise com a cúpula militar, o novo ministro da Defesa, Braga Netto, assegurou que a pasta continuará com a sua "missão institucional". "O trabalho continua árduo e não muda nada. A Defesa continua com a sua missão institucional, de defesa da Pátria e dos poderes constitucionais e, conforme, a orientação do senhor presidente, dentro das quatro linhas do que prevê a Constituição", discursou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>